

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DENISE MIOTTO MAZOCCO

DO TEMPO DA LÍNGUA PARA O TEMPO DA HISTÓRIA

CURITIBA

2014

DENISE MIOTTO MAZOCCO

DO TEMPO DA LÍNGUA PARA O TEMPO DA HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração estudos linguísticos, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de mestre em letras.
Orientador: Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina Wachowicz

CURITIBA

2014

Ao tempo, essa doce angústia!

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação se fez com passos de um processo de formação e de escrita. Ao longo desse percurso, o texto obteve avanços. Prefiro o termo avanço ao progresso. Este, “iluministamente” marcado, parece-me subestimar a possibilidade de volta – embora se saiba que por trás de um trabalho acadêmico, há sempre um Aristóteles. Já o avanço, a meu ver, se constrói também com voltas: a autores clássicos, a trabalhos novos, aos nossos próprios textos. E é a partir dessa perspectiva que faço meus sinceros agradecimentos aos que, ao voltarem seus olhares, contribuíram significativamente para todo o processo:

À Professora Karina Molsing, pelos comentários no Fórum de Produção Discente.

Aos Professores Maria José Foltran, Renato Basso e Roberlei Bertucci pela leitura durante as bancas.

Aos meus amigos da História e da Linguística, que me ensinaram que leituras e congressos podem ser bem mais produtivos e divertidos quando compartilhados em grupo.

À Deizi Cristina Link pelos primeiros e eternos passos nos compassos da Linguística.

Aos Miotto e Mazocco, em especial aos meus pais, Deise e Jacir, e à minha irmã, Elisa, que me fazem lembrar que se viver não é preciso, voltar é preciso.

À minha orientadora, Teresa Cristina Wachowicz, que aceita o convite e conduz essa dança, com maestria, passo por passo, volta por volta, tempo por tempo, em cada compasso.

O que é bom dura um doce

O cuco da minha cozinha
pediu um pedaço de doce
Merece minha nostalgia
tick-tack cheio de pose?

De minha sobremesa horária,
o pontear de cada fatia
Cuco!
Meu sabor é a tua posse.

Mas eis que a saliva dominga...
distribuo instantes que foste.
No pendular da minha alegria
tempo bom dura um doce.

(Denise Mazocco)

“Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. O historiador não apenas pensa “humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade.

Marc Bloch

A linguagem, pois, não é um dado ou resultado; mas um trabalho que ‘dá forma’ ao conteúdo variável de nossas experiências, trabalho de construção, de retificação do ‘vivido’, que ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade e constitui a realidade como sistema de referências em que aquele se torna significativo.

Carlos Franchi

RESUMO

Este trabalho parte da observação inicial de que, em sentenças de textos produzidos por historiadores, a interpretação temporal independe da morfologia verbal. Diante disso, destacam-se as seguintes problemáticas: (1) por que é possível utilizar o verbo flexionado em outros tempos — presente, futuro do pretérito, por exemplo — para indicar passado, em outras palavras, o que garante que em um texto de história que Getúlio Vargas assumiu/assume/assumirá o poder são entendidos como no passado? (2) De que forma nomes de indivíduos e de eventos garantem a referência temporal? A hipótese a ser defendida é a de que a localização temporal em textos produzidos por historiadores é garantida por indivíduos temporalizados, isto é, nomes de intervalos e nomes próprios que também trazem informação temporal. Para defendê-la foram analisadas sentenças retiradas de textos produzidos por historiadores sobre o evento histórico Estado Novo. O percurso teórico que respalda a análise passa pelas teorias de pontos e intervalos de tempo, principalmente de Smith (1997) — que tem como base a temporalidade referencial de Reichenbach (1947) — e de Klein (1994), que privilegia morfologia. Ambas serão contestadas, uma vez que não incluem o valor temporal de indivíduos. Por conta disso, a discussão teórica se estende ao estudo descritivo de Mória (2003) sobre expressões localizadoras de intervalo e à semântica de eventos. Aqui, o percurso chega às propostas de Davidson (1969), Parsons (1990), Bach (1986) e Link (1998), seguindo uma tradição que relaciona temporalmente indivíduos e eventos. Link (1998) propõe uma ontologia para indivíduos e eventos, em que os considera que ambos possuem traços temporais, bem como constrói um sistema de representação que permite observar a relação entre os conjuntos de indivíduos, eventos, tempo, espaço e papéis que indivíduos assumem nos eventos. A partir dessa perspectiva, o evento histórico Estado Novo será tratado como um evento complexo (LINK, 1998). Isso implica em assumir que o nome Estado Novo possui partes temporais. Por isso podemos dizer que denota um intervalo de tempo (de 1937 a 1945) e que, também por isso, é um indivíduo temporalizado. Ao considerar traços temporais de eventos e indivíduos, a partir desse modelo de Link (1998), é possível explicar a localização de acontecimentos/processos históricos no tempo — especialmente considerando a necessidade de indivíduos temporalizados. Assim chega-se à possível conclusão de que a semântica do passado dá liberdade para o tempo verbal variar sem que se altere a localização temporal dos eventos, dado que isso é garantido por expressões localizadoras e indivíduos temporalizados.

Palavras-chave: semântica de eventos, indivíduos, tempo.

ABSTRACT

This work starts with the observation that in sentences of the texts produced by historians, the temporal interpretation is not necessarily related with the verbal morphology. Therefore, some problems are pointed out: (1) why is it possible to use the inflected verb in other verbal tenses – like present, future – to refer to the past, in other words, what guarantees that in a history text, Getúlio Vargas came/come/will come to power are understood like events located in the past? (2) How the names of individuals and events guarantee the temporal reference? The hypothesis to be defended is that the temporal localization in texts produced by historians is guaranteed by individuals located in time, that is, periods and names and that also brings a temporal information. To defend this hypothesis this work analyzed sentences taken from texts produced by historians related to the historical event Estado Novo. The theories that sustain the analysis pass through the theories of points and intervals of time, mainly the Smith's (1997) work – that is based on the Reichenbach's (1947) referential temporality – and Klein's (1994), that privilege the morphology. Both of them will be contested, since they do not include the time value of individuals. Therefore, the theoretical discussion extends to the descriptive study done by Mória (2003) about the time-denoting expressions and to the semantic event. Here, the theoretical path comes together with the works of Davidson (1969), Parsons (1990), Bach (1986) and Link (1998), following the tradition that temporarily relates individuals and events. Link (1998) proposes an ontology for individuals and events in which he considers that both carry temporal traces, as well as constructs a representation system that enables to observe the relation between the sets of individuals, events, time, space and roles that individuals play in the events. From this perspective, the historical event Estado Novo will be considered like a complex event (LINK, 1998). This implies the consideration that the name Estado Novo has temporal parts. So, it is possible to affirm that this name denotes a time interval (from 1937 to 1945) and that it is also a time-individual. With the idea that events and individuals have temporal traces, based on the Link's (1998) model, is possible to explain the localization of historical happenings and process in the time – especially considering the necessity of individuals located in time. In this way, this work arises to the possible conclusion that the semantic of the past gives freedom to the verb tense to vary without the alteration of the time location of events, since this is guaranteed by time-denoting expressions and individuals located in time.

Key-words: event semantic, individuals, time

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. DAS TEORIAS DE PONTOS E INTERVALOS DE TEMPO ÀS TEORIAS DE EVENTOS	17
1.1 TEORIAS DE PONTOS E DE INTERVALOS DE TEMPO	17
1.1.1 Tempo verbal e adjuntos	23
1.1.2 Expressões Denotadoras de Intervalos	30
1.2 TEORIAS DE EVENTOS.....	33
1.2.1 O modelo de Link (1998)	41
2. ANÁLISE	51
2.1 O TEXTO DE HISTÓRIA.....	51
2.2 ANÁLISE DE SENTENÇAS PRODUZIDAS POR HISTORIADORES.....	53
2.2.1 Tempo verbal	54
2.2.2. Localizadores e expressões denotadoras de intervalo.....	59
2.2.3 Modelo de Link (1998) e indivíduos temporalizados.....	63
2.2.3.1 Estado Novo: evento complexo e indivíduo temporalizado	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
REFERÊNCIAS DOS TEXTOS DE HISTÓRIA	77

INTRODUÇÃO

A curiosidade que impulsiona esta dissertação vem da possibilidade de se aproximar os estudos da Linguística com os da Teoria da História. Um das definições mais aceitas hoje é que a História é o conhecimento cientificamente conduzido do passado humano e, assim, problematizante, hipotético, comunicável, técnico, documentado (REIS, 2006). O historiador lida, portanto, diretamente com o tempo. Neste trabalho — que passa pela análise de fontes — são produzidos textos que assumem o formato de diferentes gêneros (artigos, teses, livros...) e constituem vias com questões relevantes para a área da Linguística. A História conversa com a Análise do Discurso, por exemplo, quando a investigação do objeto envolve ideologias, sujeitos, discursos, etc. Indo por outro caminho, a proposta desta dissertação é discutir uma questão de interesse da Semântica que aparece no produto do trabalho do historiador.

Trata-se da localização de eventos no tempo. Aparentemente, essa localização é dada pela informação temporal expressa pelo verbo e por advérbios. Entretanto, nos textos de História, observa-se que o tempo verbal varia — a flexão não aparece só no pretérito, mas também no presente, futuro e futuro do pretérito — e que o valor temporal de advérbios e das demais expressões que denotam intervalos se sobrepõem à flexão verbal. Entre essas expressões destacam-se os nomes de indivíduos.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a investigar, na Linguística, e mais especificamente na subárea da Semântica formal, essa localização de eventos no tempo, partindo das seguintes problemáticas: (1) por que é possível utilizar o verbo flexionado em outros tempos — presente, futuro do pretérito, por exemplo — para indicar passado, em outras palavras, o que garante que em um texto de história que *Getúlio Vargas assumiu/assume/assumirá* o poder são entendidos como no passado? (2) De que forma nomes de indivíduos e de eventos garantem a referência temporal?

Para tanto, é preciso também um ponto de partida teórico. Dentro da Linguística, um dos caminhos para explicar/representar o tempo nas sentenças de

uma língua natural é a partir de uma teoria de pontos/intervalos de tempo. A mais revisitada pelos linguistas é a que tem como base o trabalho do filósofo Reichenbach (1947), segundo o qual o tempo nas sentenças é explicado pela relação entre três momentos: o de fala (F), o de referência (R) e o de evento (E). Nesse sentido, as sentenças (1) a (3) são assim representadas (a vírgula indica simultaneidade e o travessão, sucessão):

(1) João chegou.

E, R – F: o tempo E de *João chegar* é simultâneo a um tempo de referência R e ambos são anteriores ao proferimento da sentença, F.

(2) João está chegando

E, R, F: o tempo E de *João chegar* é simultâneo ao tempo de referência e ao de proferimento da sentença (F).

(3) João tinha ido embora, quando Pedro chegou.

E – R – F: o tempo E de *João ir embora* é anterior ao tempo R de *Pedro chegar*, que, por sua vez, é anterior ao proferimento da sentença.

Essa teoria é retomada, entre muitos outros autores, por Smith (1997) e Ilari (1994) — um dos que analisa o tempo das sentenças em português. Ambos incluem o valor temporal dos adjuntos, os quais fixariam o R. Em uma sentença como (4), por exemplo, o adjunto *semana passada* indica o R, que coincide com o E de *Eu a vi*, e ambos ocorrem antes do proferimento da sentença (F). Já, em (5), *Ano que vem* fixa o R, que também coincide com o E de *eu vou me formar*, localizado após o F.

(4) Eu a vi semana passada. E, R - F

(5) Ano que vem eu vou me formar. F – E, R

Entretanto, essa teoria apresenta alguns problemas com relação a alguns fenômenos da língua, especialmente ao objeto deste trabalho: o tempo verbal em textos de História, em que se observa não só a flexão verbal no passado, como também no presente e futuro. Vejamos isso melhor com exemplos. O tempo na sentença (6) pode ser facilmente explicável a partir da relação entre os três momentos:

(6) Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930.

Há o momento de fala (F), que pode ser considerado o presente do historiador, o momento do evento (E), o tempo de *Getúlio Vargas assumir o poder*, e o momento de referência (R), que é especificado pela data *em 1930*. Seguindo a teoria, uma vez que o verbo está no pretérito perfeito, E e R coincidem e precedem F: E,R – F . Aparentemente, entende-se que a sentença se refere a um evento passado, uma vez que o verbo está no passado.

Entretanto, surgem alguns problemas quando tentamos explicar as sentenças de (7) a (9); um dos principais é que diferentes tempos verbais não estabelecem diferentes relações com o F, uma vez que as três sentenças se referem a acontecimentos passados.

(7) Getúlio Vargas permanece no poder durante o Estado Novo.

(8) Getúlio Vargas perderá o poder em 1945.

(9) Desde fins de 1936 que o golpe de Estado vem sendo preparado.
(CARONE, 1976, p.235).

Pelo tempo verbal, as sentenças (7) e (8) seriam representadas assim: E, R, F e F–E,R, respectivamente. Porém, uma vez que dizem respeito a fatos passados, a localização do evento em relação ao momento de fala não se confirma. Ou seja, (7) indica um evento localizado no passado, não simultâneo ao proferimento da sentença, (8) também indica um evento passado, e não posterior ao proferimento da

sentença. Já (9) não indica uma continuidade para além do F — interpretação padrão da perífrase *vem sendo* —; ao contrário, a preparação do golpe trata-se de um evento que culminou no passado.

Nas três sentenças anteriores nota-se que o tempo é especificado pelas expressões: *durante o Estado Novo, em 1945* e *desde 1936*. Logo, vale ressaltar, a questão central aqui, para além do tempo verbal, é a interpretação temporal da sentença, do evento.

Ilari (1994) afirmou que quando tempos verbais co-ocorrem com adjuntos — como nesses exemplos — assumem outros valores que não os esperados. Diante disso, o autor apresenta duas opções para se chegar a uma explicação, ambas, porém, problemáticas, segundo ele. A primeira consiste em considerar que os adjuntos operam sobre cada valor básico expresso pelos tempos do verbo, prevalecendo o valor expresso nos usos concretos das sentenças — como também defende Smith (1997). O problema é que não é possível generalizar se é o adjunto que opera sobre o verbo ou o contrário. Em uma sentença como *Agora, o paciente já não sentia dores, só um leve cansaço*.¹ (ILARI, 1994, p. 25), é o verbo que opera sobre o adjunto — nesse caso, *agora* não indica um momento presente.

A outra possibilidade, segundo Ilari (1994), seria considerar que as formas verbais são polissêmicas. Porém isso seria desconsiderar que, sem adjuntos, os tempos não são polissêmicos, nestes casos há interpretações privilegiadas, senão obrigatórias.

Diante disso, a proposta deste trabalho é estender a análise, considerando que a interpretação temporal das sentenças não é exclusivamente garantida pela forma verbal. Sentenças como as de (7) a (9) permitem questionar a consideração de que os tempos verbais identificam realidades ao localizá-las relativamente ao ato de fala, como defendem os que adotam a teoria dos três momentos.

¹ Nota-se que o problema apresentado por Ilari (1994) não se restringe aos textos de História. Podemos dizer coisas do tipo “Amanhã, a essa hora, já cheguei em casa.” “No começo da reunião de ontem, João me liga e diz que vai chegar atrasado”. Ciente disso, justifico o recorte: nos textos de História o passado estabelecido — não só por uma questão pragmática, mas também semântica (do que tento dar evidências neste trabalho) — permite uma variação do tempo verbal que não necessariamente depende da relação entre a flexão verbal e um advérbio de tempo (como o “amanhã” ou o “ontem”). Veremos como. Talvez, com maiores estudos, é possível chegar a uma solução comum para ambos os problemas — já que estão muito próximos —, mas não é o objetivo deste trabalho.

A hipótese a ser defendida é de que a localização temporal em textos produzidos por historiadores é garantida por indivíduos temporalizados, isto é, nomes de intervalos e nomes próprios que também trazem informação temporal.

Para confirmá-la e chegar à definição do conceito, este estudo se organiza em dois capítulos. O primeiro é de discussão teórica. Inicialmente, são contempladas as teorias de pontos ou intervalos de tempo de Reichenbach (1947) que propõe os conceitos de Momento de Fala (F), Momento de Evento (E) e Momento de Referência (R), de Smith (1997), que tem como base a de Reichenbach; de Bertinetto (1982), quem acrescenta o tempo de localização; e de Klein (1994), que se difere dos demais ao apresentar a ideia de Tempo Tópico (TT), além do Tempo da Situação (TSit) e Tempo de Proferimento (TU), intervalos essencialmente linguísticos, sem conteúdo referencial — diferentemente do que propôs Reichenbach (1947).

Neste capítulo destaca-se a comparação da teoria de Klein (1994), que privilegia a morfologia, com a de Smith (1997), que considera também as relações semânticas entre os tempos verbais e os advérbios. Apesar de essa última ser mais interessante para o nosso estudo, veremos que considerar somente essas teorias de pontos e intervalos de tempo não dá conta do problema. Ou seja, analisar uma sentença como *Getúlio Vargas assume o poder* considerando apenas a relação entre E, R e F, não explica a localização temporal do evento em questão.

Uma vez que as teorias de pontos/intervalos de tempo não dão conta, a discussão se estende ao estudo descritivo de Mória (2003) sobre expressões localizadoras de intervalo e à semântica de eventos. Aqui, o percurso passa pelas propostas de Davidson (1980), Parsons (1990), Bach (1986) e Link (1998), seguindo uma tradição que relaciona temporalmente indivíduos e eventos. Com o modelo de Link (1998), observamos que indivíduos e eventos pressupõem tempo, bem como que a referência temporal dos eventos é composta pela relação entre as suas partes e os conjuntos de indivíduos, de tempo, de espaço, de papéis e de tipos de eventos.

Consideramos que indivíduos e eventos podem ser representados pela mesma estrutura, a de reticulados. Link (1998) propõe uma ontologia conforme a qual indivíduos e eventos seriam tipos de processos: entidades mereologicamente estruturadas que ocupam espaço e estão envolvidas no tempo, por isso têm traços

de tempo, espaço e de tempo-espaço. Indivíduos são processos estacionários, enquanto eventos são processos restritos que se submetem a mudanças e são equipados com uma estrutura discernível de papéis que são característicos do evento em questão.

No sistema de representação de Link (1998), indivíduos e eventos são conjuntos (A) e (E), respectivamente. Esse sistema inclui também o conjunto de períodos de tempo (T), de regiões espaciais (H), de papéis temáticos (R) e de tipos de evento/eventos tipo (ε), bem como as funções parciais do traço temporal (τ) e do traço espacial (σ). Compõem, assim, a tupla $M = \langle A, E, T, H, \varepsilon, R, \pi, \tau, \sigma \rangle$. E é, então, sob esse modelo que serão analisadas sentenças retiradas de textos de História. Por exemplo, a sentença (7) *Getúlio Vargas permanece no poder durante o Estado Novo*. Entende-se que *Getúlio Vargas* compõe o conjunto A de indivíduos e tem um papel R no evento *permanecer durante o Estado Novo*. O traço temporal do evento é marcado pelo nome *Estado Novo*, que se refere ao período de 1937 a 1945. Como os domínios estão interligados, a função de tempo garante a relação entre o evento e o conjunto T, e uma vez que o indivíduo do conjunto A exerce um papel em E, também está relacionado ao conjunto T.

Os nomes próprios, nesse modelo, estão diretamente ligados ao conjunto de tempo. *Getúlio Vargas* é um indivíduo temporalizado. Na relação entre os conjuntos de Link (1998), o indivíduo é ligado ao conjunto de tempo pela função (τ); por isso podemos dizer que o nome *Getúlio Vargas* pode constituir expressões denotadoras de intervalos, ou seja, passa a nomear intervalos de tempo, como: Era Vargas, o governo de Vargas, a ditadura Vargas, o regime de Vargas, entre outras. Logo, os nomes próprios são indivíduos temporalizados.

Para o desenvolvimento da análise, foram selecionados trechos de textos de historiadores brasileiros que produziram sobre o mesmo evento histórico, o Estado Novo — que será tratado como um evento complexo, conforme Link (1998). Isso implica em assumir que o nome *Estado Novo* possui partes temporais. Por isso podemos dizer que se refere também a um intervalo de tempo (de 1937 a 1945) e que, também por isso, é um indivíduo temporalizado, como nas sentenças abaixo:

(10) A partir do Estado Novo, desapareceu a representação via Congresso. (FAUSTO, 1995, p.366).

(11) O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais (FAUSTO, 1995, p.376).

Ao considerar traços temporais de eventos e indivíduos, a partir desse modelo de Link (1998), é possível explicar a localização de acontecimentos/processos históricos no tempo — especialmente considerando a necessidade de indivíduos temporalizados. O desenvolvimento deste trabalho, especialmente a análise das sentenças retiradas de textos de historiadores, procurará mostrar que a semântica do passado² é forte — embora não se ignore que a leitura do tempo passa por diferentes níveis, tais como o discursivo, textual, pragmático —, o que permite a variação do tempo verbal, que produz apenas um efeito discursivo.

O percurso dessa dissertação justifica o movimento proposto pelo título: Do tempo da língua para o tempo da História. Ora, para se chegar ao tempo histórico — (re)construído pela ciência dos homens no tempo, como Marc Bloc (2001, p.55) a definiu — a História depende do tempo da língua.

² Entende-se: a localização de eventos no tempo passado por meio de expressões que denotam intervalo de tempo, entre as quais se incluem os indivíduos.

1. DAS TEORIAS DE PONTOS E INTERVALOS DE TEMPO ÀS TEORIAS DE EVENTOS

Este capítulo levará o leitor de uma tradição teórica de estudos linguísticos do tempo que revisita a teoria de Reichenbach (1947) a algumas teorias da semântica de eventos, a fim de mostrar que estas últimas fornecem um modelo de explicação e representação mais completo, que leva em conta todos os elementos das sentenças que expressam tempo.

1.1 TEORIAS DE PONTOS E DE INTERVALOS DE TEMPO

Como comentado na introdução, um dos caminhos para explicar/representar o tempo nas sentenças de uma língua natural é a partir de uma teoria de pontos/intervalos de tempo. A mais revisitada pelos linguistas é a que tem como base o trabalho do filósofo Reichenbach (1947), segundo o qual o tempo nas sentenças é explicado pela relação entre três momentos: o de fala, o de referência e o de evento. Nesse sentido, as sentenças (1) a (3) são assim representadas (a vírgula indica simultaneidade e o travessão, sucessão):

(1) João chegou.

E, R – F: o tempo E de *João chegar* é simultâneo a um tempo de referência R e ambos são anteriores ao proferimento da sentença, F.

(2) João está chegando.

E, R, F: o tempo E de *João chegar* é simultâneo ao tempo de referência e ao de proferimento da sentença (F).

(3) João tinha ido embora, quando Pedro chegou.

E – R – F: o tempo E de *João ir embora* é anterior ao tempo R de *Pedro chegar*, que, por sua vez, é anterior ao proferimento da sentença.

Essa teoria é retomada, entre outros autores, por Smith (1997) e Ilari (1994)³ — um dos que analisa o tempo das sentenças em português. Ambos incluem o valor temporal dos adjuntos, os quais fixariam o R. Em uma sentença como (4), por exemplo, o adjunto *semana passada* indica o R, que coincide com o E de *Eu a vi* e ambos ocorrem antes do proferimento da sentença (F). Já, em (5), *Ano que vem* fixa o R, que também coincide com o E de *eu vou me formar*, localizado após o F.

(4) Eu a vi semana passada. E, R – F

(5) Ano que vem eu vou me formar. F – E, R

Para Smith (1997), a informação temporal — garantida de modo complementar pelas marcas temporal e aspectual expressas na flexão verbal e pelos advérbios de tempo — em uma sentença localiza determinada situação no tempo. A flexão temporal (*tense*)⁴ é considerada pela autora como uma categoria gramatical, indicada pelo verbo, que localiza um evento relativamente a um tempo de fala. Em algumas línguas, essa categoria indica passado, presente e futuro, em outras, distingue passado e não passado, ou presente e não-presente. Há línguas, porém, que não apresentam a categoria gramatical *tense*. Nesses casos a localização temporal é expressa diretamente por advérbios e indiretamente pelo ponto de vista aspectual — o ponto de vista imperfectivo é usado para marcar o presente, enquanto o perfectivo é usado para indicar o passado.

No estudo que faz do tempo, a autora parte de três constatações: (i) dois tempos estão envolvidos na localização temporal de sentenças simples; (ii) algumas sentenças requerem um tempo adicional porque apresentam um ponto de orientação secundário; (iii) todas as sentenças possuem uma perspectiva/ponto de vista temporal. Este último é compreendido como o momento de referência, que

³ Enquanto Reichenbach (1947) considera E, R e F como momentos de tempo, Smith (1997) e Ilari (1994) os tratam como intervalos. Ao compreender como intervalos, é possível visualizar melhor quando a interpretação envolve períodos de tempo que ora são intercalados, sobrepostos, incluídos um no outro, etc.

⁴ Opta-se aqui por traduzir 'tense' como flexão temporal do verbo e reservar o termo 'tempo' para ser referir ao passado, presente, futuro.

também pode funcionar como ponto de orientação secundário. Mória (2000) complementa a definição desse tempo ao explicar que o momento de referência pode ser estabelecido pelo contexto precedente ou pode ser definido por advérbios temporais, conforme os exemplos apresentados pelo autor, respectivamente:

(6) Fred came in (at 5 o'clock). John had arrived.

O Fred entrou (às cinco horas). O Paulo tinha chegado. (MÓIA, 2000, p. 41).

(7) At 5 o'clock, John had arrived.

Às cinco horas, o Paulo tinha chegado. (MÓIA, 2000, p. 41).

Em todo caso, o momento de referência indicado pela flexão verbal pode estar relacionado a outro tempo estabelecido no discurso, ou diretamente ao tempo de fala, ou seja, MR evidencia dimensão anafórica e dêitica da flexão.

Já o momento do evento é definido como tempo em que a situação está localizada, intervalo determinado em que ocorre. Em algumas sentenças é especificado por um advérbio temporal ou por uma subordinada, em outras pode ser recuperado pelo contexto. E o momento de fala consiste no centro que orienta a localização temporal. Esses três tempos se relacionam entre si de forma ordenada.

Smith (1997, p. 102) exemplifica com sentenças cuja interpretação requer a relação entre esses três momentos:

(8) Mary said last Tuesday that she was leaving in 3 days.

Maria disse terça-feira passada que ela estava saindo em três dias. (tradução nossa).

Nesta sentença, a oração principal, *Mary said*, ocorre no passado, indicado pelo *past tense* e especificado pela locução adverbial (*last Tuesday*). O tempo de *Mary said* é o momento de referência, localizado num momento anterior ao de fala. O E é simultâneo ao R. O R ancora o tempo do evento da oração subordinada adverbial, o E₂. O evento *Mary leave* está localizado neste último tempo. Nesta sentença, o R funciona como R da oração subordinada, R₂. Outro exemplo:

(9) Next Sunday Algernon will have already arrived.

No próximo domingo, Algernon já terá chegado. (tradução nossa)

Nesse caso, o evento a *chegada de Algernon* está localizado em um tempo depois de F e antes de próximo domingo. *Will* e o advérbio, *next Sunday*, estabelecem o R no futuro, depois do F.

Além desses exemplos, para Smith (2000) a noção de R explica a relação temporal entre eventos e estados.

(10) Mary was smiling when John arrived

Mary estava sorrindo quando John chegou. (tradução nossa)

(11) Mary smiled when John arrived.

Mary sorriu quando John chegou. (tradução nossa)

Nestas sentenças, R indica um espaço de tempo a que os eventos estão relacionados: a duração do sorriso e o período anterior ao sorriso, respectivamente.

Diferente de Smith, Bertinetto (1982, p.79) considera que o R só se aplica a tempos compostos. O autor defende essa ideia com o seguinte raciocínio: dificilmente alguém iniciaria uma conversa com *Olhe! Essa é a escola onde eu tinha feito o Ensino Fundamental*; em uma fala espontânea, o mais aceitável seria *Olhe! Essa é a escola onde eu fiz o Ensino Fundamental*. O uso do tempo composto só não causa estranhamento, quando ancorado em um tempo de referência:

(12) Olhe! Essa é a escola onde eu fiz o Ensino Médio; e essa é a escola onde eu tinha feito o Ensino Fundamental.

(13) Voltando ao que eu disse ontem... Olha! Essa é a escola onde eu tinha feito o Ensino Fundamental.⁵

Em (12), o passado simples em *eu fiz o Ensino Médio* garante um tempo de referência para o *tinha feito*. De outro modo, em (13) o tempo de referência está estabelecido em uma fala anterior.

Para além dos três momentos, Bertinetto (1982) inclui uma função de localização temporal de evento (L). Para explicar essa função, o autor faz a distinção entre referência temporal extrínseca (L) e referência temporal intrínseca (R). A primeira consiste na dimensão cronológica do mundo real; fornece a informação extralinguística que é necessária para estabelecer a ordem exata dos eventos. Já a segunda é definida pela semântica temporal da flexão verbal e contém informação puramente linguística que é requerida pelos tempos compostos. Nesse sentido, R pertence ao domínio intensional de tempos compostos, enquanto L pertence ao domínio extensional de tempos simples e compostos. (L) localiza o tempo do evento (E). Bertinetto (1982, p. 90) os distingue da seguinte forma:

[...] whereas E indicates the interval of time corresponding to the given event, L must be viewed as a non-compulsory device which (when present) spells out, with a varying degree of precision, when a given event occurred, occurs or will occur. In other words: L is any part of a given sentence which might be used in answer to the question: When did (or does, or will) the event take place?⁶

Segundo Bertinetto (1982), essa função de localização é imprescindível para que um evento seja localizado no tempo, embora algumas vezes não esteja explícita

⁵ Exemplos adaptados de Bertinetto (1982, p.79), respectivamente: Look! This is the town where I had attended primary school. Look! This is the town where I attended primary school. Look! This is the town where I attended secondary school; and this is the town where I had previously attended primary school. Coming back to what I said yesterday... Look! This is the town where I had attended primary school.

⁶ Enquanto que E indica o intervalo de tempo que corresponde a um dado evento, L pode ser visto como um dispositivo não obrigatório que (quando presente) enuncia, com um grau variado de precisão, quando um dado evento ocorreu, ocorre ou ocorrerá. Em outras palavras: L é qualquer parte de uma dada sentença que pode ser usada para responder à questão: Quando o evento aconteceu (acontece ou acontecerá)? (tradução nossa).

na sentença. Basso (2007, p.10) apresenta exemplos da análise de sentenças em português sob essa proposta:

(14) João está lendo o jornal (agora).⁷

ME(LT), MF = o evento de *João ler o jornal* (ME) é simultâneo ao proferimento da sentença (MF), mais precisamente *agora* (LT).

(15) Pedro reformava a casa (ano passado)./Pedro reformou a casa (ano passado)⁸.

ME(LT) – MF = o evento de *Pedro reformar a casa* ocorreu (ocorria) em um momento anterior ao proferimento da sentença (MF), mais precisamente *ano passado* (LT).

(16) Célio vai chegar tarde (amanhã).

MF – ME(LT) = o evento de *Célio chegar* ocorrerá em um momento posterior ao proferimento da sentença (MF), mais precisamente *amanhã* (LT).

(17) Leandro tinha encontrado a chave antes de ir embora (ontem).

ME(LT) – MR – MF = o evento de *Leandro encontrar a chave* (ME) ocorreu em um momento anterior ao evento de *Leandro ir embora* (MR) e *Leandro foi embora* antes do proferimento da sentença (MF), mais precisamente ontem.

Conforme Bertinetto (1982), o grau de precisão de L é um problema de pragmática. Geralmente, a localização temporal é um tanto vaga. Ninguém fala *João quebrou o nariz, segunda-feira, 15 de maio, às 14 horas 45 minutos e 32 segundos*.

⁷ A análise das sentenças (13) a (16) também está em: WACHOWICZ, T. C.; BASSO, R. M.; FOLTRAN, M. J. Entrando nos domínios do verbo. In: Revista Letras, Curitiba, n. 81, p. 11-32, maio/ago. 2010. Editora UFPR.

⁸ Nota-se que não há distinção entre perfeito e imperfeito. Trata-se de uma questão de aspecto verbal que não será contemplada por este trabalho.

Logo, L é imprescindível, mas geralmente não é determinado com total precisão. Em (18), por exemplo, L não está explícito:

(18) A — João ainda está aqui?

B — Não, ele foi embora.

Diante disso, Bertinetto (1982) afirma que:

[...] we must be able to localize exactly the time of John's going away: so from this point of view, L is always a necessary tool of the precise semantic interpretation of tensed sentences. But the point is that language users do not normally need such a pedantic account: and this was indeed the rationale behind.⁹ (BERTINETTO, 1982, p. 88).

Veremos mais adiante que a função L de Bertinetto (1982) não contempla todas expressões que denotam tempo — principalmente indivíduos.

1.1.1 Tempo verbal e adjuntos

A função de localização, de Bertinetto (1982), é uma das possibilidades para explicar a relação entre o tempo verbal e adjuntos. Estes especificariam a localização de um evento no tempo. Entretanto, um problema que surge dessa relação não chega à explicação de Bertinetto. Ilari (1994) aponta esse problema, ao afirmar que, quando certos tempos verbais co-ocorrem com adjuntos, assumem outros valores que não os esperados, como no presente histórico (19) e presente futuro (20):

(19) Em 1939, Hitler invade a Áustria.

(20) Amanhã eu estudo isso.

⁹ Nós somos capazes de localizar exatamente o tempo da partida de João: então desse ponto de vista, L é sempre uma ferramenta necessária para a interpretação semântica precisa das sentenças temporais. Mas o ponto é que os falantes geralmente não necessitam de uma abordagem tão pedante: e esta era de fato a lógica por trás. (tradução nossa).

Diante disso, o autor apresenta duas opções para se chegar a uma explicação, ambas, porém, problemáticas, segundo ele. A primeira consiste em considerar que os adjuntos operam sobre cada valor básico expresso pelos tempos do verbo, prevalecendo o valor expresso nos usos concretos das sentenças. É o que defende Smith (1997). A autora considera que, nas sentenças em que ambos apresentam um valor diferente, é preciso uma regra para cada flexão. Quando o verbo está flexionado no presente, por exemplo, o momento de referência é especificado pelo valor do advérbio, que se sobrepõe/anula a flexão:

(21) Prime Minister resigned last week.

[RT<SpT, RT = last week; Sit =RT] (SMITH, 1997, p.138)

O Primeiro Ministro renunciou semana passada. (tradução nossa).

(22) Last week, this guy tells me that he is a famous criminal.

[RT<SpT, RT = last week, SitT = RT] (SMITH, 1997, p.138)

Semana passada, esse cara me diz que ele é um criminoso famoso.
(tradução nossa).

O problema, voltando ao Ilari, é que não é possível generalizar se é o adjunto que opera sobre o verbo ou o contrário. Em uma sentença como *Agora, o paciente já não sentia dores, só um leve cansaço* (ILARI, 1994,p. 25), é o verbo que opera sobre o adjunto, nesse caso, *agora* indica passado.

A outra possibilidade, segundo Ilari (1994), seria considerar que as formas verbais são polissêmicas. Porém isso seria desconsiderar que sem adjuntos, os tempos não são polissêmicos, nestes casos há interpretações privilegiadas, senão obrigatórias.

Por falta de uma análise mais aprofundada, Ilari (1997) deixa a questão em aberto.¹⁰

Na tentativa de explicar a relação entre tempo, aspecto e adjuntos, Klein (1994) propõe um novo modelo, com base na crítica à definição de momento de referência de Reichenbach. Segundo Klein (1994, p. 25), os que defendem essa proposta entendem o momento de referência como um momento ou intervalo de tempo de algum evento que é mencionado no contexto precedente. Essa definição dá conta de exemplos como:

(23) When Mary came to the party, John had left.

Quando Mary veio para a festa, John havia saído. (tradução nossa)

Nesse caso, o *pluperfect* expressa que o evento *a saída de João* ocorre antes do evento *Maria ir à festa*, ambos estão no passado. No entanto, não daria conta de (24) e (25), uma vez que não há um outro evento que estabeleça R:

(24) Last year, John was in Surbiton. (KLEIN, 1994, p.26)

No ano passado, João estava em Surbiton. (tradução nossa)

(25) On 1 March, Dickens married his greatniece Joan. (KLEIN, 1994, p.26)

¹⁰ Quem procura uma explicação de um modo geral para essa questão, considerando os tempos verbais do português, é Castilho (2010). Segundo o autor, além de localizar determinado evento, estado ou processo em um tempo real, o uso das formas temporais permite o deslocamento pela linha do tempo, conforme as necessidades de expressividade pelo falante. Nesse sentido, há duas possibilidades: referir-se a um tempo imaginário — que foge à cronologia — ou a um domínio vago, genérico, impreciso. Neste último, o uso das formas verbais é atemporal. Já o primeiro consiste no uso do tempo fictício. O falante considera um espaço-tempo que não corresponde ao tempo real, para tanto, lança “mão dos ‘usos metafóricos das formas verbais’, arrastando consigo sua simultaneidade/anterioridade/posterioridade.” (CASTILHO, 2010, p. 432). Seguem alguns dos exemplos apresentados por Castilho:

Presente metafórico – presente pelo passado – Quando sai, vê que chovia.

Presente atemporal – A terra gira à volta do sol.

Pretérito perfeito metafórico – pelo futuro do presente – Bateu em meu filho? Morreu!

Pretérito perfeito atemporal – Quem morreu, morreu.

Futuro do pretérito metafórico – pelo pretérito perfeito simples do indicativo: Chegaria esta manhã a São José do Rio Preto.

Castilho (2010), porém, não traz uma explicação sobre o que define esses usos metafóricos. E essa proposta para nós seria perigosa, uma vez que considera um tempo imaginário, fictício, o que não é o caso dos textos de história.

No dia 1 de março, Dickens casou com sua sobrinha-neta Joan. (tradução nossa).

Klein (1994) então propõe um novo sistema¹¹ com base em intervalos de tempo, não mais em pontos na linha do tempo, que se relacionam entre si. Destaca-se a noção de tempo do evento/situação (Time of Situation — T_{sit}), do tempo da sentença/de proferimento (Time of Utterance — TU) e de Tempo Tópico (Topic Time, TT), que consiste no momento sobre o qual o falante faz uma asserção. Para o autor, a interação entre tempo verbal, aspecto e advérbios de tempo é pela sintaxe — sua ideia base é que “the expression of time is necessarily a consequence of the way in which language is structured”¹² (KLEIN, 1994, p.1).

Na relação entre esses três intervalos, o tempo verbal impõe uma restrição temporal ao tempo no qual a asserção é feita (TU).

De acordo com Klein, TU é dado pelo contexto, enquanto TT é localizado na relação com o TU. O que supostamente é dado, Klein (1994, p. 121) chama de *relatum*, que pode ser distinguido por três tipos de relações temporais: dêitica — quando corresponde ao TU —, anafórica — pode ser o TT de uma sentença precedente — e *calendaric* — diz respeito ao conhecimento de mundo, por exemplo algum evento histórico de, supostamente, conhecimento comum. Conforme o exemplo (KLEIN, 1994, p. 3, tradução nossa):

(26) The light was on.

A luz estava acesa. (tradução nossa).

¹¹ Alguns autores, porém, veem semelhanças entre ambos. Para Molsing (2006), por exemplo as relações entre os pontos/momentos são as mesmas: [...] these three moments are considered intervals instead of points, but the basic temporal relations remain the same, such that the relation of tense is expressed by Klein’s ‘time of utterance’(Reichenbach’s S) and ‘topic time’ (Reichenbach’s R) and the relation of aspect is expressed by ‘topic time’ and ‘time of situation’ (Reichenbach’s E) . (MOLSING, 2006, p. 137). Medeiros (2008, p. 78) também os aproxima ao afirmar que TU corresponderia, no sistema de Reichenbach, ao ponto (ou intervalo, em algumas de suas versões) S na linha do tempo. O tempo da situação (T_{Sit}) corresponderia, *grosso modo*, segundo Medeiros, ao tempo do evento (E) no sistema de Reichenbach.

¹² A expressão do tempo é necessariamente uma consequência do modo como a linguagem está estruturada. (tradução nossa).

Nesta sentença temos: Tempo da situação (Tsit.) — tempo quando a lâmpada estava ligada. Tempo tópico (TT) — tempo quando a fala/enunciado é formulada, nesse caso, quando alguém constata que a luz estava acesa. É o evento localizado no tempo. Tempo de proferimento (utterance) (TU) — quando a fala é proferida, ou seja, tempo em que o enunciado do falante está contido. Pode ser, por exemplo, resposta à questão *O que você viu quando entrou na sala?*

Nessa relação, a forma verbal restringe a asserção a um tempo que precede o tempo da sentença (TT<TU). Trata-se, portanto, da relação temporal gramatical que garante a relação entre TT e TU, enquanto o aspecto relaciona Tsit e TT.¹³

A sentença acima *The light was on* é um exemplo de que um verbo no passado pode indicar um momento presente, nesse caso o tempo tópico. Klein (1994) apresenta outra sentença em que o verbo no passado não indica uma localização temporal, um tempo de referência, mas sim uma propriedade:

(27) There was a book on the table. It was in Russian.

Havia um livro sobre a mesa. Estava em russo. (tradução nossa).

Sob esse modelo de Klein (1994), a sentença *Getúlio Vargas assumiu o poder, em 1930*, por exemplo, pode ser analisada da seguinte maneira, considerando que a sentença foi proferida por um historiador:

Tsit.: o tempo do evento *Getúlio Vargas assumir o poder*;

TT: o intervalo de tempo em que o evento *Getúlio Vargas assumir o poder* é situado, a que o historiador quer se referir.

¹³ A relação aspectual é interessante para a análise da duração, da culminância, etc. de um evento, mas não é objetivo deste trabalho lidar com aspecto, uma vez que não é essencial para a localização dos eventos no tempo. Por exemplo, as sentenças *Getúlio Vargas pega em armas*, *Getúlio Vargas pegou em armas*, *Getúlio Vargas pegava em armas*, *Getúlio Vargas pegaria em armas* se referem a eventos localizados no passado. A variação na flexão verbal pode provocar uma diferença que não é temporal, mas sim aspectual. Cabem estudos posteriores.

TU: tempo em que a sentença é proferida, em que o historiador escreve, por exemplo.

Nesse caso, a flexão verbal no pretérito perfeito (assumi) indica que $TT < TU$. Mas o que acontece com *Getúlio Vargas assume o poder, em 1930*?

Klein (1994) chega a comentar uso de formas verbais flexionadas no tempo presente para se referir ao passado — o que geralmente é denominado como presente histórico —, para tanto, classifica exemplos como esse enquanto casos atípicos e os identifica, entre outros, como *Time travel*, quando há a marcação de um tempo futuro — indicação do ano, por exemplo — ou passado, mas a flexão do verbo está no presente: “we are in the year of 2060. The whole world is under the control [...] Everybody who counts leaves in peace [...]” (KLEIN, 1994, p. 134). E há também *Fact listing* — trata-se da apresentação de eventos que estão no passado: “In 1837, Dickens completes the Pickwick Papers. They are enthusiastically received by many critics. [...] In 1838, they are divorced again.” (KLEIN, 1994, p. 134).

O autor propõe duas explicações para esses usos atípicos: (i) o TT escolhido pelo falante é muito longo e pode incluir o tempo da situação, independentemente de como se relaciona com o tempo da sentença; ou (ii) o tempo da situação não corresponde ao tempo em que a situação realmente acontece, mas sim constitui o momento em que o falante a imagina ou recebe informações sobre.

No entanto, apesar de, nos textos de história, como já dito, haver o uso de verbos no presente (até no futuro), além do pretérito, não é possível enxergar uma simultaneidade entre o tempo em que ocorreu o evento e o momento em que é narrado, muito menos uma continuidade, uma vez que se trata de um fato/acontecimento. Também é difícil distinguir se há alteração no tempo tópico ou no tempo do enunciado/da sentença. Sob a perspectiva de Klein (1994) de que a flexão verbal relaciona TT com TU, deveriam ser consideradas relações diferentes entre TT e TU, mas o que se observa nas sentenças de obras dos historiadores é que em todos os casos o tempo tópico, ou momento de referência, precede o da fala. É como se a semântica do passado fosse tão forte que a forma linguística da superfície, a flexional do verbo, na qual Klein se apoia, perdesse seu papel. O tempo, como será visto, não está na estrutura morfológica.

Outro problema é que, nesse sistema de Klein (1994), a interação entre tempo verbal, aspecto e advérbios de tempo é pela sintaxe. Os advérbios especificam TT ou T_{Sit}, por exemplo em (28):

(28) Chris had left Heidelberg yesterday (KLEIN, 1994, p.161).

Chris tinha saído Heidelberg ontem. (tradução nossa).

Nessa sentença, o verbo *had* somente expressa que TT está em algum momento antes de TU, enquanto *yesterday* torna TT explícito. Já em (29) o advérbio *yesterday* especifica o T_{Sit}. *her leaving*:

(29) I could not find her this morning in her hotel. She had left Heidelberg yesterday.

Eu não pude encontrá-la nesta manhã em seu hotel. Ela tinha saído Heidelberg ontem. (tradução nossa).

Nota-se que em ambos os exemplos dados por Klein, a relação TT<TU se mantém, o advérbio só especifica TT ou T_{Sit}. Entretanto, nossas sentenças mostram que a relação com o tempo de proferimento da sentença se altera, ou seja, não é possível dizer que em *Getúlio Vargas voltará ao poder em 1950* o tempo é posterior ao TU ou F.

Há, portanto, sinais de uma relação semântica para além da morfologia e da sintaxe. Logo, precisamos de uma teoria que vá além do tempo verbal.

A proposta de Klein (1994), portanto, também não oferece uma boa explicação para o fenômeno em questão. Ao destacar que a flexão verbal relaciona TT e TU, o autor restringe à morfologia a localização das sentenças no tempo, enquanto as sentenças de história, cujos exemplos são inversos aos apresentados por Klein, visto tratarem de quaisquer formas que denotam passado e não de formas no passado que podem denotar presente (como veremos mais detalhadamente no capítulo 2), permitem observar que, apesar de apresentarem verbos flexionados no presente, pretérito ou futuro, todas são entendidas como “algo que ocorreu no passado”, o que justifica a opção por uma análise semântica.

1.1.2 Expressões Denotadoras de Intervalos

Quem deu atenção aos advérbios de tempo foi Mória (2000, 2003). Mória (2000, p. 21) inicia sua abordagem destacando três subsistemas importantes que envolvem a expressão linguística da localização temporal:

- (i) lexical expression of temporal location associated with (time) adverbials;
- (ii) morphological and lexical expression of temporal location associated with the verb domain, usually covered by the term tense (morphological expression being associated with tense suffixes, and lexical expression with temporal auxiliary verbs, like *ir* or *ter*, in Portuguese, and *will* or *have*, in English);
- (iii) morphologically unmarked temporal location associated with discourse (rhetorical) relations.¹⁴

Segundo o autor, a localização temporal envolve uma relação entre uma dada entidade e um período de tempo. O que se tem chamado tradicionalmente de localização temporal envolve uma relação direta entre a entidade localizada e o intervalo de tempo, conforme o exemplo (30), ou uma relação direta entre a entidade e outra eventualidade, que pode ser relacionada de modo explícito ou não com um período de tempo, (31) e (32), respectivamente:

(30) O Paulo casou em 1980. [(strictly) time-related location]

Paulo got married in 1980.

(31) O Paulo casou durante a guerra. [eventuality-related location]

Paulo got married during the war.

(32) O Paulo casou duas vezes [desde que se licenciou, em 1988].

Paulo has got married twice [since he graduated, in 1988].

¹⁴ (i) expressão lexical de localização temporal associada com advérbios (de tempo); (ii) expressão lexical e morfológica de localização temporal associada com o domínio do verbo, usualmente referida pelo termo tempo (tense) (expressão morfológica associada com o sufixo de tempo, e expressão lexical com verbos auxiliares temporais, como *ir* ou *ter* em português, e *will* ou *have*, em inglês); (iii) localização temporal morfológicamente não marcada associada com relações discursivas (retóricas).

[eventuality-related location] (MOIA, 2000, p. 8, tradução nossa)

Esses subsistemas indicados por Mória confirmam a afirmação de Smith (1997) de que a localização temporal resulta da relação entre tempo verbal e advérbios. Os advérbios temporais, para a autora, localizam situações relacionando-as com o tempo ou com outras situações. Estes podem ser: dêiticos — orientados de acordo como momento de fala (agora, terça-feira passada, etc.) —, anafóricos — orientados por um tempo previamente estabelecido (então, nesse tempo, etc.) —, referenciais — referem-se a um tempo estabelecido pelo calendário ou relógio, as datas. (SMITH, 1997, p. 99).

Para Mória (2000) os advérbios de tempo são predicados de eventualidades e de tempos, por exemplo, em uma sentença como (33) o tempo do advérbio predica sobre a eventualidade descrita na oração principal, enquanto, em uma sentença como (b), predica sobre o intervalo representado na estrutura matriz:

(33) a. O Paulo morreu em 1980.

Paulo died in 1980.

b. um fim-de-semana em 1980

a weekend in 1980 (MÓIA, 2000, p.119)

Contudo, além do trabalho com advérbios, Mória (2000) desenvolve a noção de expressões denotadoras de intervalos — são essencialmente expressões que representam conjuntos de intervalos, ou diretamente designam intervalos, mas não por si só localizam entidades. Essas expressões podem compor parte de advérbios de localização temporal, como em (34), mas não necessariamente, como em (35):

(34) O Paulo casou em 1980.

Paulo got married in 1980.

(35) 1980 foi um ano fantástico.

1980 was a splendid year. (MÓIA, 2000, p.110)

Para explicar essas expressões, Mória parte da constatação de que antes de localizar eventos em um determinado período ou definir um padrão de repetição em um período, as línguas necessitam da capacidade de se referir a esses períodos. Isso ocorre por meio das expressões denotadoras de tempo (time-denoting expressions) que podem ser, por exemplo: *agora, ontem, o século XIV, duas da manhã, o momento em que a ponte ruiu*. (MÓIA, 2000, p. 17). Esse domínio também envolve expressões que representam quantidades de tempo, tais como três segundos, um ano, meses tanto tempo, entre outros. Nas palavras do autor:

A section about temporal domains of natural language obviously cannot dispense with a mention of the domain of temporal reference, perhaps the most fundamental one, in the sense that it underlies all those mentioned up to now. In fact, prior to locating eventualities in a given period, or defining a pattern of repetition within a given period, for instance, languages need to have the capacity of referring to those periods. This is accomplished by way of time-denoting expressions (MÓIA, 2000, p. 37).

Mória (2003) apresenta uma descrição dessas expressões de localização temporal. Com relação aos intervalos de tempo, o autor afirma que são delimitados por meio de sintagmas, as expressões denotadoras de intervalos, por exemplo: *1989, o último ano da década de 80, o ano em que ocorreu a Queda do Muro de Berlim*, bem como *fim de semana passado, o período antes das eleições, O Período Jurássico*. O autor destaca que esses intervalos são formados por núcleos lexicais de valor temporal — designados como nomes de intervalos —, como ano, dia, ou pelo hiperônimo. Este último grupo divide-se em: expressões denotadoras de intervalos básicas — denotação estritamente temporal que resulta do caráter intrinsecamente temporal dos seus núcleos sintáticos e independe do contexto em que ocorre—; expressões derivadas — as que se referem a entidades de categorias ontológicas não temporais, como situações ou indivíduos comuns, mas que adquirem propriedades referenciais próximas das dos denotadores básicos em determinados contextos, particularmente ao complementarem preposições temporais. Seguem exemplos indicados pelo autor: (i) expressões situacionais — *a Segunda Guerra Mundial* ou *o museu reabriu*; (ii) expressões denotadoras de indivíduos comuns — *Roosevelt*. Essas expressões em causa equivalem a expressões denotadoras de intervalos básicas (com hiperônimos temporais como

núcleos): o período em que *a Segunda Guerra Mundial decorreu, a altura em que o museu reabriu e a altura em que Roosevelt foi reeleito.*

Além disso, a identificação de intervalos pode envolver diferentes processos de nomeação, que podem ser dependentes ou não da situação. São eles: (i) nomeação a partir de fronteiras temporais — sintagmas complexos encabeçados pelas preposições *entre, antes e depois*; (ii) nomeação a partir de pontos de ancoragem temporal (exteriores ao intervalo) — *há três horas, daqui a um ano, um ano após as eleições*; e (iii) nomeação simples — *1989, o século XX, 6 de agosto de 1945.*

A referência a intervalos de tempo permite a localização temporal das situações, bem como pode ser também objeto de predicação, como *1980 foi um ano bissexto, abril tem 30 dias ou os meses de março e abril foram quentes.*

Para este trabalho é importante ressaltar as expressões que denotam indivíduos/objetos. Segundo Mória (2000) esses nomes podem ser usados em contextos adverbiais, para representar tempo, como

(36) Clinton é o presidente americano mais popular desde Roosevelt.

Clinton has been the most popular American president since Roosevelt.

(37) Nenhum presidente tinha sido tão popular (como Clinton) desde Roosevelt. No president had been so popular (as Clinton) since Roosevelt.
(MÓIA, 2000, p. 134)

Entretanto, o autor não avança na explicação e deixa o problema para trabalhos futuros. Para além dessa descrição, precisamos de um modelo de representação que contemple a relação dessas expressões com os demais elementos das sentenças. Por isso, recorreremos a uma teoria de eventos.

1.2 TEORIAS DE EVENTOS

Os modelos de análise da localização temporal vistos até agora não fornecem uma representação total da sentença, embora haja os que expandiram a

análise para textos (como fez Smith, 2003).¹⁵ Com o intuito de buscar um modelo que contemple os demais elementos da sentença que expressam tempo, além da flexão verbal, recorreremos à semântica de eventos.

Para tratar de eventos, a linguística tomou como base o trabalho do filósofo Donald Davison. Preocupado em dar conta das sentenças de ação, Davison (1980) propõe que os verbos de ação — verbos que dizem “o que alguém fez” — podem ser construídos como contendo um lugar, para termos singulares ou variáveis, em que eles não aparecem. Em outras palavras, explica Basso (2009), para Davidson os verbos de ação introduzem na sentença outro argumento, além de agente e objeto, referente a outra entidade, a um evento.

Por exemplo, a sentença *Shem kicked Shaun*. Ao invés de supor que a sentença consiste em dois nomes e um predicado de dois lugares, Davidson (1980) considera *kicked* como um predicado de três lugares, e a sentença pode ser representada sob esta forma, que introduz a quantificação existencial ($\exists x$) como variável para eventos:

$$(\exists x) (\text{Kicked}(\text{Shem}, \text{Shaun}, x))$$

¹⁵ Smith (2003) destaca diferenças da progressão temporal conforme os tipos de textos: narrativa, relato, descrição, textos informativos e argumentativos. Segundo a autora, a narrativa e o relato são temporalmente localizados e dinâmicos, a descrição também é temporalmente localizada, mas é estática, já os textos informativos e argumentativos são atemporais. A narrativa avança ao longo de um tempo narrativo, com situações que se relacionam entre si. A descrição é temporalmente estática e avança conforme as mudanças na localização espacial em que a cena é descrita. No relato, situações estão relacionadas ao tempo do relato, geralmente o presente (Momento de Fala) e o avanço envolve a mudança no tempo. Segundo a autora, três princípios de interpretação da flexão verbal — continuidade, anáfora e dêixis — estão relacionados a esses tipos de texto. Na narrativa, uma vez que as situações estão relacionadas entre si, a marcação temporal sugere uma continuidade. No relato, as situações se relacionam com o momento de fala, logo o tempo verbal é dêitico. Na descrição, o tempo é anafórico, as situações estão relacionadas a um tempo pré-estabelecido. Nos modos atemporais, a interpretação da flexão verbal também é dêitica. Smith (2003) analisa esses princípios nos diferentes tipos de textos, considerando seus trabalhos anteriores em cima da estrutura proposta por Reichenbach. Em textos com o princípio temporal de continuidade, o tempo de referência avança conforme os eventos limitados ou advérbios temporais. Quando o tempo é dêitico, o tempo de referência muda com diferentes relações com o tempo de fala. Já nos textos cujo princípio do tempo é anafórico, o tempo de referência é simultâneo a um tempo previamente estabelecido. Essa análise não será aprofundada neste trabalho, uma vez que, como veremos no capítulo 2, os textos produzidos por historiadores apresentam uma heterogeneidade tipológica, o que enfraquece a classificação feita por Smith.

Lê-se: existe um evento x tal que x é o chute de Shem em Shaun. *Chutar* não é um termo singular.

Com essa formalização para os eventos, Davidson (1980) procura dar conta, entre outros fenômenos, da n -adicidade variável (predicados com número diferentes de argumentos) de sentenças de ação. Por exemplo, a sentença:

(38a) João passou manteiga no pão com a faca de manhã.

(39a) João passou manteiga no pão de manhã.

(40a) João passou manteiga no pão.

Sabemos, por intuição, que se (38a) é verdadeira, por acarretamento (39a) e (40a) também são; se (39a) é verdadeira, (40a) também é, porém (38a) não necessariamente, uma vez que João pode ter passado manteiga no pão com qualquer outro instrumento que não uma faca. Já se (40) é verdadeira, não é possível ter certeza de que (38a) e (39a) também são. Pelo cálculo de predicados, essas sentenças são assim formalizadas:

(38b) PASSAR (João, manteiga, pão, faca, manhã).

(39b) PASSAR (João, manteiga, pão, faca).

(40b) PASSAR (João, manteiga, pão).

(38b), (39b) e (40b) são predicados com 5, 4 e 3 argumentos, respectivamente. Essa formalização, por considerar predicados com número diferente de argumentos — e por isso, distintos — não dá conta da relação de acarretamento entre as sentenças. Seguindo a proposta de Davidson (1980), as sentenças acima seriam assim representadas:

(38c) $\exists x$ (Passar (joão, manteiga, pão, x) \wedge Instrumento (x , a faca) \wedge De (manhã)).

(39c) $\exists x$ (Passar (joão, manteiga, pão, x) \wedge De (manhã)).

(40c) $\exists x$ (Passar (joão, manteiga, pão, x)).

Nessa representação, a relação se $\mathbf{a} \wedge \mathbf{b} : \mathbf{a}$ (se \mathbf{a} e \mathbf{b} são verdadeiros, então \mathbf{a} é verdadeiro) dá conta do acarretamento, uma vez que o que vem depois do (\wedge) pode ser apagado.

Essa proposta de Davidson é trazida para a linguística por, entre outros, Bach (1986) e Parsons (1990). Este último propõe uma forma lógica para a representação de eventos que leva em conta o tempo como operador de eventos e incorpora a noção de papéis temáticos.

Nessa proposta, Parsons (1990) parte da consideração de que o valor de verdade de um predicado lógico é atribuído relativamente a um período de tempo, o qual é delimitado pela flexão (*tense*), aspecto — que inclui, por exemplo, o progressivo (*be leaving*) e o perfeito (*has left*) — e modificadores temporais, termos como *at noon*, *yesterday*, *during the war*. O tempo, para Parsons, na fórmula lógica é um operador. Quando o operador PAST precede a fórmula, toda a fórmula é construída como verdadeira agora, se a parte que segue o PAST é verdade em algum período antecedente — pode ser lido como “com relação a algum tempo no passado”. Quando a fórmula é precedida por FUT, toda fórmula é verdadeira agora se a parte sob o FUT será verdade em algum tempo depois de agora. Como se observa nos exemplos:

(41) Brutus stabbed Caesar = PAST $(\exists e)[\text{Stabbing}(e) \ \& \ \text{Subject}(e, \text{Brutus}) \ \& \ \text{Object}(e, \text{Caesar}) \ \& \ \text{Cul}(e)]$ (PARSONS, 1990, p.28).

Brutus esfaqueou César. (tradução nossa)

(42) Brutus stabbs Caesar = PRES $(\exists e)[\text{Stabbing}(e) \ \& \ \text{Subject}(e, \text{Brutus}) \ \& \ \text{Object}(e, \text{Caesar}) \ \& \ \text{Cul}(e)]$ (PARSONS, 1990, p.28).

Brutus esfaqueia César. (tradução nossa)

(43) Brutus will stab Caesar = FUT $(\exists e)[\text{Stabbing}(e) \ \& \ \text{Subject}(e, \text{Brutus}) \ \& \ \text{Object}(e, \text{Caesar}) \ \& \ \text{Cul}(e)]$ (PARSONS, 1990, p.28).

Brutus esfaqueará César. (tradução nossa).

A primeira sentença é verdadeira se em algum tempo no passado houve o evento *esfaquear*, cujo sujeito é *Brutus* e o objeto é *Cesar* e culminou. A segunda é verdadeira se o evento culmina agora, no momento de fala, da sentença (nesta representação, o PRES é redundante, logo pode ser omitido). A última é verdadeira se o evento culminar em algum momento do futuro.

Parsons (1990) diferencia o uso do passado do presente: enquanto o primeiro caracteriza, é interpretado como, um relato, o segundo indica um hábito. *Mary drinks wine with her lunch* não será entendido como um relato de momento específico em que Mary está bebendo. O uso *reportive* do presente é encontrado em contextos específicos, em relatos da imprensa, por exemplo. Relatos são com frequência escritos no “presente narrativo”, isto é, usando as palavras que um observador contemporâneo poderia usar para descrever uma cena. A importância desse uso é que as sentenças não são entendidas com indicando que é verdade agora, mas as sentenças se originam de um cena relatada. Para mais, Parsons não desenvolve. O que se verá neste trabalho, porém, é que ao se referir ao passado histórico, utiliza-se presente e passado com o mesmo valor, não indicando um hábito.

Seguindo Parsons (1990, p.208), com a representação da flexão temporal inclui-se o período de tempo (I) na forma lógica:

$$[(\exists I)[\text{Tense}(I) \ \& \ \text{Time-Constraint}(I) \ \& \ (\exists e)(\exists t)[t \in I \ \& \ \text{Verb}(e) \ \& \ \text{Role}(e)^n \ \& \ \text{Mod}(e)^n \ \& \ \text{Cul}(e,t)]]$$

A sentença *Brutus stabbed Caesar* fica assim representada:

$$(\exists I)[I < \text{now} \ \& \ (\exists e)(\exists t)(t \in I \ \& \ \text{Stabbing}(e) \ \& \ \text{Agent}(e, \text{Brutus}) \ \& \ \text{Theme}(e, \text{Caesar}) \ \& \ (\text{Cul}(e,t))]]$$

As partes que compõem a sentença são:

$\text{Verb}(e)$ é a parte contribuída pelo verbo $\text{Stabbing}(e)$, neste caso;

Role(e)ⁿ, que indica os papéis temáticos — Agent(e,Brutus) & Theme(e,Caesar);

Mod(e)ⁿ, os advérbios modificadores verbais — Violent(e); e

Cul(e,t), a culminação do evento no tempo em questão.

Já o tempo (I) é delimitado pela flexão verbal, considerando *now* o tempo da sentença: Past I <now; Pres I =now; e Fut I >now.

Parsons (1990, p.209) inclui também na representação do tempo os modificadores temporais — advérbios temporais —, cuja função é aparecer na forma lógica como um predicado que restringe um intervalo de tempo. A intersecção dos dois faz I efetivamente uma unidade. Em, por exemplo, *Yesterday Brutus stabbed Caesar*, o *yesterday* combina com a variável I:

$$(\exists I)[I < \text{now} \ \& \ I \subset \text{Yesterday} \ \& \ I \subset \text{Noons} \ \& \ (\exists e)(\exists t)[t \in I \ \& \ \text{Stabbing}(e) \ \& \ \text{Agent}(e, \text{Brutus}) \ \& \ \text{Theme}(e, \text{Caesar}) \ \& \ (\text{Cul}(e, t))]]$$

Não só um, como também vários advérbios podem limitar a mesma variável:

(44) *Yesterday at noon, Brutus stabbed Caesar*

Ontem ao meio-dia, Brutus esfaqueou César. (tradução nossa)

$$(\exists I)[I < \text{now} \ \& \ I \subset \text{Yesterday} \ \& \ I \subset \text{Noons} \ \& \ (\exists e)(\exists t)[t \in I \ \& \ \text{Stabbing}(e) \ \& \ \text{Agent}(e, \text{Brutus}) \ \& \ \text{Theme}(e, \text{Caesar}) \ \& \ (\text{Cul}(e, t))]]$$

Nesse sentido, Parsons (1990, p.216) considera a representação de uma estrutura modular dos indicadores temporais:

(45) *Brutus stabbed Caesar on July 16, 1939 at 4:00 in the afternoon.*

Brutus esfaqueou César em 16 de julho, 1939, às 4hs da tarde. (tradução nossa)

$$(\exists I) I < \text{now} \ \& \ I \subset \text{July} \ \& \ I \subset \text{16th} \ \& \ I \subset \text{1939} \ \& \ I \subset \text{4:00} \ \& \ I \subset \text{afternoon} \ \& \dots]$$

As expressões com valor espacial também delimitam intervalos de tempo. Destacam-se aqui, uma vez que são frequentes em textos de história. Quando há, por exemplo, 'in Rome', I se estende sobre um ponto delimitado espaço-temporalmente:

(46) Yesterday in Rome Brutus stabbed Caesar

Ontem em Roma, Brutus esfaqueou César. (tradução nossa)

$(\exists I)[I \subset \text{now} \ \& \ I \subset \text{Yesterday} \ \& \ I \subset \text{Rome} \ \& \ (\exists e)(\exists t)[t \in I \ \& \ \text{Stabbing}(e) \ \& \ \text{Agent}(e, \text{Brutus}) \ \& \ \text{Theme}(e, \text{Caesar}) \ \& \ \text{Cul}(e, t)]]]$

Com esta representação de Parsons (1990), a intenção é possível mostrar que uma simples sentença como *Getúlio Vargas assumiu o poder no Brasil em 1930* apresenta a mesma representação lógica que *Getúlio Vargas assume o poder no Brasil em 1930*:

$(\exists I)[I \subset \text{agora} \ \& \ I \subset \text{em1930} \ \& \ I \subset \text{Brasil} \ \& \ (\exists e)(\exists t)[t \in I \ \& \ \text{Assumir}(e) \ \& \ \text{Agente}(e, \text{Getúlio Vargas}) \ \& \ \text{Tema}(e, \text{poder}) \ \& \ \text{Cul}(e, t)]]]$

A proposta de Parsons permite representar a marcação temporal e os papéis temáticos. Entretanto, deixa ainda em aberto o valor temporal dos outros elementos da sentença. Na representação acima a data e o espaço estão no mesmo nível e o valor temporal do nome *Getúlio Vargas* não é considerado.

Para tanto, vamos à discussão da relação entre eventos e objetos. Varzi (2002), ao propor uma definição para eventos, chega até essa relação. Para o autor, também filósofo, evento é uma questão semântica, não metafísica. Os eventos são considerados como particulares, isto é, entidades espaço-temporalmente localizadas. Entretanto, Varzi questiona a delimitação dos limites temporais e espaciais dos eventos e dessa discussão constitui-se um argumento que aproxima eventos e objetos.

Varzi (2002) contesta a ideia de Davidson de que a localização exata de um evento é o espaço e tempo ocupados pelos participantes mínimos de um evento. O

problema, para o autor, está na delimitação desses participantes. Por exemplo, considerando o evento *minha fala (my talk)*, pode-se dizer que o período de tempo em que está localizada é o mesmo em que eu estou; mas o que é levado em conta para a delimitação da região espacial? O espaço ocupado por mim? Pela minha cabeça? Pela minha boca? É difícil individualizar os participantes relevantes.

A questão levantada por Varzi é que não são os eventos em si que são vagos, mas os nomes que utilizamos para nos referirmos aos eventos é que são. Considerando, por exemplo, o evento *Revolução Industrial*:

We say that ‘the industrial revolution’ to refer a complex of social and economic changes that began in England (broadly speaking) in the second half of 18th century (broadly speaking) as a result of the mechanization of various industrial processes. If we need to be more precise we can, up to some point. But this is not to say that the referent of our description is a vague entity: it is the referential pattern that is vague.¹⁶ (VARZI, 2002, p. 6).

E esses nomes são vagos não no sentido de denotar eventos cujos limites são desconhecidos por nós, mas no sentido de denotá-los vagamente.

O mesmo problema de delimitação ocorre com relação aos objetos. Varzi (2002) exemplifica com a descrição *Monte Everest*. A referência para esta descrição não é definida com precisão. A expressão não identifica seus limites geográficos ou geológicos. Mas, para Varzi, não é a montanha em si que não é bem delimitada (fuzzy), mas sim é o nome *Monte Everest* que tem uma referência vagamente definida.

There are plenty of physical objects out there — plenty of slightly distinct and yet precisely determinate aggregates of molecules. And when we say ‘Mont Everest’, or when we baptize a piece of land ‘Mount Everest’, we are just being vague as to which of these objects we are referring to.¹⁷ (VARZI, 2002, p. 7)

¹⁶ Nós dizemos que “a revolução industrial” se refere a complexas mudanças sociais e econômicas que começam na Inglaterra (grosso modo) na segunda metade do século XVIII (grosso modo) como o resultado da mecanização de vários processos industriais. Se nós precisamos ser mais precisos nós podemos chegar a algum ponto. Mas isso não significa dizer que o referente de nossa descrição é uma entidade vaga: é o padrão referencial que é vago.

¹⁷ Existe uma abundância de objetos físicos lá fora — abundância de agregados de moléculas ligeiramente distintos e ainda precisamente determinados. E quando nós dizemos ‘Monte Everest’, ou quando nós batizamos um pedaço de terra ‘Monte Everest’, nós estamos sendo vagos quando a qual desses nós estamos nos referendo.

Para resolver essa questão, Varzi (2002) propõe duas formas diferentes de fazer a delimitação de objetos, a partir de dois tipos de limites, denominados *bona fide* e *fiat*. O primeiro consiste nos limites naturais, por exemplo, a superfície de uma mesa, o ponto em que um líquido se solidifica, o começo de uma fala, entre outros. Já o segundo, consiste nos limites não naturais, como o limite entre o quarto e o quinto minuto de uma palestra, a fronteira entre países, a chegada de João aos três anos de idade, a referência de *Monte Everest*. Varzi então observa que quando individualizamos objetos lançamos mão de limites *bona fide* e *fiat*, enquanto para a individualização de eventos utilizamos apenas o limite *fiat*. Isso implica na consideração de que a diferença entre objetos e eventos é o grau de indeterminação com que nos referimos a eles.

Varzi (2002), assim, aponta um caminho que aproxima objetos e eventos por meio da observação de certa vagueza nos nomes com que nos referimos a eles. Um estudo mais aprofundado sobre isso não é objetivo deste trabalho. Optamos pela proposta de Link (1998) que faz essa aproximação considerando que ambos contêm traços temporais.

1.2.1 O modelo de Link (1998)

Para dar conta do valor temporal desses elementos, consideremos o trabalho de Link (1998). O objetivo do autor é construir um modelo de representação semântica, com base na teoria de conjuntos. Nesse modelo ele inclui os eventos e busca dar conta das relações entre os eventos e os indivíduos que neles exercem papéis. Para tanto, Link considera o evento como *ur-element*: elemento mínimo — que não é um conjunto, mas faz parte de um — de estrutura mereológica — ou seja, pode-se observar nele relações parte-todo — e que, por isso, é representado por um reticulado. Reticulados são conjuntos cujos elementos estão relacionados por ordenações parciais de união, intersecção e complementação, por exemplo: no domínio dos indivíduos, dado um grupo B, composto pelos indivíduos Marat, Danton e Robespierre, e um grupo A, formado por Danton e Marat, observa-se a relação de ordenação parcial (\leq) “é um subgrupo de”, nesse caso $A \leq B$. A questão central é a

possibilidade de representar indivíduos e eventos com a mesma estrutura, a fim de mostrar que ambos expressam tempo. Conforme Link (1998, p. 245) essa estrutura é externa aos ur-elements e expressa as relações entre os vários tipos de entidades. Isso implica em considerar que indivíduos e eventos são formados por unidades menores, ur-elements, que, por sua vez, também são indivíduos e eventos.

Veremos primeiro, então, a definição ontológica que Link apresenta para eventos e indivíduos e, em seguida, o modelo que ele propõe a partir dessa definição.

Para Link (1998), à noção de evento, estão relacionadas a localização temporal e espacial, bem como pessoas e coisas que fazem um evento acontecer, ou são afetados por ele. Nesse sentido, sua ideia central é apresentar um domínio de eventos algebricamente estruturados, no qual indivíduos exercem diferentes papéis.

Para definir eventos, Link (1998) utiliza como exemplo o evento histórico complexo Revolução Francesa. O autor questiona inicialmente como delimitar o início e o término da Revolução Francesa (assim como Varzi questionou os limites da revolução industrial): inicia-se com a tomada da Bastilha pelo povo de Paris em 14 de julho de 1789, ou com a convocação do Terceiro Estado? E quanto ao fim: é 22 de setembro de 1792, quando a República Francesa foi proclamada, ou 9 thermidor com a queda de Robespierre, ou ainda 18 Brumário do ano VIII, quando Napoleão Bonaparte tomou o poder?

A resposta, segundo Link, depende da interpretação histórica que está relacionada ao evento da Revolução Francesa: pode ser um processo de estabelecimento da República ou o caos revolucionário e seu fim ou ainda o período de constituição democrática anterior ao estabelecimento do poder de Napoleão. Assim faz-se a decisão de quais eventos são levados em conta para definir esse episódio histórico.

A localização no espaço também não é precisa: a Revolução Francesa ocorreu em Paris? Na França? Ou se espalhou por toda a Europa? Diante disso, Link afirma que a expressão *um evento e ocorre em um espaço s* é usada com ambiguidade sistemática. Se *e* é a queda da Bastilha, *e* ocorreu na Bastilha, em Paris e, evidentemente, na França e na Europa. Logo a conclusão eminente é de

que todos eventos ocorrem em todo lugar. O parâmetro **s** abrange todas as regiões do espaço. A área de Paris no século XVIII é uma região (chamada **s**) que inclui a área da Bastilha onde a ação ocorreu, por isso nós podemos verdadeiramente dizer que **e** ocorre em **s**. Mas, **e** ocorre em **s'**, onde **s'** abrange todo o universo. Nesse sentido, cada evento pode ocorrer em qualquer lugar. Entretanto, para evitar esta consequência, Link (1998, p.235) propõe uma análise formal que determina: um lugar de um evento **e** é definido pela intersecção dos conjuntos de todas as regiões espaciais **s** nas quais pode ser dito verdadeiramente que **e** ocorre em **s**.

Nesse sentido, portanto, um evento é caracterizado pela mínima região espaço-temporal em que ele ocorre. Mas apenas localizar um evento em um tempo e espaço não o distingue de outros eventos. Link então apresenta sua proposta de distinguir eventos pelas regiões espaço-temporais onde eles ocorrem, mas também de tornar essas regiões parte da noção do evento. Para tanto, atribui aos eventos traços temporais e espaciais.

The temporal trace of the king's flight to Varennes is July 21, 1791, and its spatial trace is the route taken by the carriage (passing Châlon sur Marne, for instance). The temporal trace of the French Revolution is presumably contained in those then to twelve years at the end of the 18th century, but its exact extension depends, as we saw, on the nature of subevents that history considers part of revolution.¹⁸ (LINK, 1989, p. 236-237).

O traço temporal da Revolução Francesa está contido nos 10/12 anos do final do século XVIII, mas sua extensão exata depende da natureza dos subeventos que a história considera como parte da revolução. Considerando que eventos são reticulados, um evento complexo como a Revolução Francesa é compreendido como a soma mereológica de eventos menores, como a convocação do Terceiro Estado, a tomada de Bastilha, etc.

A noção de soma de eventos, Link chama também de eventos complexos. Um evento complexo pode ser parte de um evento complexo maior. Daí novamente a noção de subevento, que é distinguida em dois sentidos: sentido espaço-temporal

¹⁸ O traço temporal do voo do rei para Varennes é 21 de julho de 1791, e seu traço temporal é a rota seguida pela carruagem (passando por Châlon sur Marne, por exemplo). O traço temporal da Revolução Francesa está presumivelmente contido naqueles vinte anos do final do século XVIII, mas sua exata extensão depende, como nós dizemos, da natureza dos subeventos que a história considera como parte da revolução. (tradução nossa).

e um sentido de complexidade. Por exemplo, o voto de Montagnards na Assembléia Nacional é uma parte do número total de votos da Convenção, no sentido complexo, enquanto a primeira hora de um discurso de Robespierre que durou várias horas é um subevento do discurso completo no sentido da *part-relation* temporal. Dois eventos que estão em *uma part-relation* em sentido complexo (*c-part*) podem se comportar em um modo arbitrário ao longo da dimensão espaço-temporal: eles podem ser completamente separados ou podem possuir traços idênticos.

Assim como os eventos, Link (1998) confirma que os indivíduos também possuem uma estrutura interna em que se evidenciam partes temporais. Por exemplo, a metamorfose na biologia. Um inseto é um indivíduo, mas um inseto como a borboleta, por exemplo, que passa por metamorfose, passa por etapas de desenvolvimento — ovo, larva, etc. Cada uma dessas fases não constitui um indivíduo, mas sim estágios de um indivíduo, uma vez que o organismo que passa por esse processo tem um período de vida mais longo do que esses estágios. Do mesmo modo, um anel e o ouro de que foi feito são estágios de uma matéria.

There the ring will be just a temporal part of the gold-process, with the extra stability condition regarding its shape giving rise to a new individual. Thus the piece of gold and the ring are different individuals, since their life spans differs. But during the time of the ring's existence they are "loosely identical" in the sense that they stand in the constitution relation establishing some form of spatial coincidence¹⁹ (LINK, 1998, p. 278).

Nesse sentido, é precipitado desconsiderar as partes temporais dos indivíduos. Dado que objetos têm partes espaciais e temporais, como os eventos, é um equívoco considerar abstração uma propriedade que os diferencie. Para Link, os objetos regulares são mais abstratos do que geralmente consideramos. Por exemplo, um som fonético é um indivíduo, mas pode ser considerado também um processo ou evento articulatório e acústico. Um meteoro pode ser considerado um fenômeno da atmosfera ou uma das pequenas partículas de matéria do sistema

¹⁹ Então o anel será justamente a parte temporal do "processo do ouro", com a condição de estabilidade extra em relação à sua forma dando origem a um novo indivíduo. Assim o pedaço de ouro e o anel são indivíduos diferentes, uma vez que seus períodos de tempo de vida diferem. Mas durante o tempo da existência do anel eles são "vagamente idênticos" no sentido de que eles permanecem em uma relação de constituição estabelecendo alguma forma de coincidência espacial.(tradução nossa).

solar observável diretamente somente quando entra na atmosfera da Terra quando a ficção pode causar sua incandescência temporária.

Thus a meteor is an object and then again an event, viz. The phenomenon of its incandescence, just depending on the way we look at it, either according to our present purposes, but also historically: in ancient times, a meteor was an appearance, and nowadays it is more of an object²⁰ (LINK, 1998, p. 283).

A ontologia apresentada por Link (1998) aproxima indivíduos e eventos. Antes deste trabalho, Bach (1986) comparou a distinção entre evento e processo com a dos nomes massivos e contáveis, confirmando a constatação de Mourelatus (1981) de que os eventos são contáveis. Bach destacou a possibilidade de se considerar subpartes dos eventos, ao aplicar a estrutura desenvolvida por Link (1983) para o domínio dos indivíduos no domínio dos eventos.

Para tanto, Bach (1986) parte da noção eventualidades, que se dividem entre estativas e não estativas. Os domínios dos eventos e processos constituem eventualidades não estativas. Os primeiros podem ser prolongados, como *construir alguma coisa* ou *caminhar até determinado local*, ou momentâneos, como acontecimentos — *reconhecer, noticiar* — ou resultados/culminações — *morrer, chegar ao topo*.

Bach aborda o domínio das eventualidades a partir do mesmo sistema aplicado ao domínio dos indivíduos. Este contempla os indivíduos singulares, como *João e Maria*, que formam os possíveis indivíduos plurais *as crianças* ou *João e Maria*, e inclui também quantidades de substância ou matéria, como *o ouro do anel de Pedro* ou *a matéria que forma o indivíduo plural João e Maria*. Para um conjunto de indivíduos, Bach (1986, p. 7) apresenta o seguinte sistema: há um conjunto A_i de indivíduos de um tipo familiar, por exemplo, *João, Maria, esta mesa, o anel de Pedro*. O domínio é estendido para definir um conjunto E , por meio da operação de junção:

²⁰ Desse modo, um meteoro é um objeto e também um evento. O fenômeno da sua incandescência, dependendo do modo como olhamos para ele, quer de acordo com nossos presentes propósitos, mas também historicamente: nos tempos antigos, um meteoro era uma aparição, e nos dias de hoje é mais do que um objeto. (tradução nossa).

$A_i \subseteq E_i$

If $\alpha, \beta \in E_i$ then the *i*-join (individual join: $\alpha \cup_i \beta$) of α and $\beta \in E_i$

Entende-se que a junção dos indivíduos João e Maria está em E_i , se cada um, João e Maria, está entre os membros de E_i . Assim, estabelece-se uma relação de ordenação parcial (\leq): o indivíduo *João*, por exemplo, é uma *i-part* dos indivíduos plurais *João e Maria* ou *anel de Pedro e João*.

Confirma-se assim que os indivíduos do conjunto A constituem átomos da grande estrutura. Entre seus elementos, há um subconjunto que forma um subsistema. Aqui estão incluídas as porções de matéria ou substância, por exemplo, *o ouro que compõe o anel do Pedro*. Esse sistema, conjunto D , tem sua própria junção e ordenação parcial (*m*-join; \sqcup_m ; *m*-part; \leq_m). O conjunto D se relaciona com o resto do domínio, ao assumir mapeamento *hi* dos indivíduos (atômico e plural) para a matéria de que são compostos. Esse mapeamento deve manter a ordenação \leq_i entre os indivíduos na ordenação entre as quantidades de matéria de que são feitos (é o homomorfismo). Por exemplo: se *João* é uma *i-part* do *Anel de Ana e João*, então a matéria que compõe *João* é uma *m-part* da matéria que faz o *anel de Ana e João*. *João* é uma *i-part* do indivíduo *João e Maria*, por outro lado o material que compõe o braço do *João* é uma *m-part* da matéria que compõe *João*.

No domínio das eventualidades, Bach (1986) considera os eventos como análogos aos indivíduos singulares e plurais, e os processos análogos a porções da matéria que fazem as “extensões materiais” desses indivíduos, conforme os exemplos:

(46) Maria tropeçou e torceu o seu tornozelo (evento plural)

(47) Maria tropeçou (evento atômico)

(48) Pedro construiu uma casa (evento atômico)

(49) Pedro martelou um prego. (evento atômico)

(46) é um evento plural, (47) é um evento singular — *i-part* de (46) — e os processos associados ao último constituem *p-part* do processo associado ao primeiro. Um evento do tipo (48) pode ser de tal modo que seu processo é *p-part* do processo associado com o evento do tipo (49). Desse modo, confirma-se que os eventos são compostos por subpartes.

Bach (1986), porém, não contempla a possibilidade de os indivíduos apresentarem partes temporais, ao contrário do que faz Link (1998), como comentamos acima. Link aproxima mais indivíduos e eventos ao considerá-los como processos. O autor considera os processos uma categoria subjacente aos eventos e indivíduos, diferente de Bach. Em uma conversa entre **a** e **b**, por exemplo, uma fase consiste em **a** falando enquanto **b** está ouvindo, outra **b** fala enquanto **a** ouve e em outra **a** e **b** fala ao mesmo tempo. Essa conversa é um evento complexo e que contém essas fases como subeventos. Tem uma estrutura *fine-grained* de processos subjacentes. Há também os indivíduos **a** e **b** — sistemas complexos de processos fisiológicos que compõem o organismo humano — que atuam como processos fixos e exibem um certo conjunto estável de traços característicos.

Now the concrete process that is classified as the speaking-and-listening event is not just the two persons taken together, it is them plus all the interactive and intra-active subprocesses that constitute the talking and listening: establishing eye-contact, activating a's articulatory system for the production of speech, setting up an attentive state of mind in b towards a's word, and so forth²¹ (LINK, 1989, p. 284).

Junto com os processos estacionários que formam os agentes estáveis em uma dada situação, os processos e os eventos envolvem mudanças, em todos os subprocessos que os compõem, que, por sua vez, são abstraídos quando os indivíduos são considerados isoladamente. Por isso o evento de **a falar com b** é diferente do tempo e espaço que compreendem **a** e **b**.

Dessa forma, os processos são entidades mereologicamente estruturadas e ocupam espaço e estão envolvidos no tempo, por isso eles têm traços de tempo,

²¹ Agora o processo concreto que é classificado como o evento falante-ouvinte não é só as duas pessoas juntas, mas sim todos os subprocessos *inter-active* e *intra-active* que constituem o falar e o ouvir: estabelecimento do contato visual, ativação do sistema articulatório de a para a produção da fala, criação de um estado de atenção da mente de b sobre o mundo de a, e assim por diante. (tradução nossa).

espaço e de tempo-espaço. Existe um reticulado não atômico para regiões tempo-espaciais que se divide em reticulados separados por projeção, um para regiões espaciais, outro para intervalos de tempo e regiões.

For instance, we might consider everything that happened on June 6, 1944 anywhere (the Operation Overlod in the French Normandy only being part of it), or everything that happened in the area of the city of Rome (anno urvis conditae, before that and eve after), or else what was going on Paris on July 14, 1789.22 (LINK, 1989, p. 287).

Em resumo, indivíduos são processos estacionários, enquanto eventos são processos restritos que se submetem a mudanças e são equipados com uma estrutura discernível de papéis que são característicos do evento em questão.

Definidos eventos e indivíduos, Link (1998) propõe um modelo de interpretação composto pelos seguintes elementos:

$M = \langle A, E, T, H, \varepsilon, R, \pi, \tau, \sigma \rangle$

A é o conjunto de indivíduos

E é o conjunto de eventos particulares

T é o conjunto de períodos de tempo

H é o conjunto de regiões espaciais

ε é o conjunto de tipos de evento/eventos tipo

R é o conjunto de papéis temáticos

π é a relação entre eventos e tipos de eventos

τ é uma função de E para T (função do traço temporal)

σ é uma função parcial de E para H (função do traço espacial).

Nesse modelo, distinguem-se, então, indivíduos regulares, eventos, períodos de tempo, regiões do espaço, papéis exercidos pelos indivíduos nos eventos e tipos de eventos. A e E constituem o conjunto de indivíduos e eventos, respectivamente, comentados acima. Já o conjunto ε é constituído por tipos de evento. Conforme Link

²² Por exemplo, nós podemos considerar tudo que acontece em 6 de junho de 1944 em qualquer lugar (a Operação Overlod na Normandia na França só é parte disso), ou tudo que acontece na área da cidade de Roma (anno urvis conditae, antes disso e até depois), ou ainda o que estava acontecendo em Paris em 14 de Julho de 1789. (tradução nossa).

(1998), há uma tendência a classificar eventos a partir de suas semelhanças e, conseqüentemente, a pensar que eventos se repetem. A esta intuição está subjacente a noção de tipos de evento. O autor esclarece com dois exemplos:

(50) Um padre faz um juramento sobre a Constituição.

(51) O rei chama e demite o banqueiro Necker duas vezes.

Toda vez que ocorre (50), um mesmo tipo de evento ocorre — um padre fazer um juramento sobre a Constituição —; porém quando se altera o agente — o padre X, o padre Y —, pode-se dizer que são eventos diferentes, pertencentes ao mesmo tipo. Nesse caso, muda-se o agente, mas o indivíduo padre exerce o mesmo papel.

A sentença em (51) traz duas ações do mesmo tipo, mas que se diferem no tempo e nas circunstâncias. A primeira vez que o rei chamou e demitiu o banqueiro Necker é diferente da segunda. É um tipo de evento que, quando especificadas as circunstâncias, principalmente de tempo e de espaço, ganham a feição de evento. Evento é entendido então como uma noção concreta, particular, localizado historicamente e que pertence ao passado assim que ocorre.

Link acrescenta o conjunto \mathcal{E} , dado que em seu modelo a verdade é definida pela relação entre eventos e tipos de evento. Para explicar essa relação, Link (1998) parte de Austin, que distingue dois tipos de convenções linguísticas: convenções demonstrativas, usadas para se referir, nesse caso, a eventos “históricos” particulares, e convenções descritivas, que servem para caracterizar certo tipo de evento. Nas palavras de Austin (*apud* Link, 1998, p. 253): “a declarative sentence S, when used assertively, contributes two things: the descriptive conventions of language yield a certain type of event θ that is expressed by S, whereas the demonstrative conventions refer to an actual, ‘historic event e’.” Assim, um evento está em função de um tipo de evento.

O esquema de verdade é assim estabelecido: quando S é proferida em uma certa ocasião as convenções demonstrativas nos ajudam a recuperar das circunstâncias da dada sentença o evento particular sobre o qual a afirmação é feita.

A condição de verdade de um evento é um tipo de evento θ . Por exemplo, a sentença *João está correndo* descreve um tipo de evento θ que é uma corrida e tem João como agente. Isso é um evento esquemático ou um evento tipo uma vez que, por enquanto, o tempo da corrida não está especificado. Quando um falante utiliza a sentença verdadeiramente, ele se refere a um acontecimento atual, no qual João está correndo, e afirma que esse acontecimento é do tipo θ , isto é, pode ser classificado como um exemplo de uma corrida de João.

O que se tem, então, segundo Link (1998), para se chegar a um evento complexo é a noção de cenários, esquema de cursos inteiros de eventos que podem ser modelados por sequências de tipos de evento cujos traços temporais satisfazem condição de precedência linear.

Consideremos o seguinte exemplo: *Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930*. Essa sentença indica um evento — o de *Getúlio Vargas assumir o poder em 1930* — e um tipo de evento — *um indivíduo assumir o poder*. A identificação do agente e da data localiza o evento no tempo e no espaço. Agora, pensemos em uma sequência temporal em que o tipo de evento um indivíduo assumir o poder se repete. Nessa sequência, as sentenças *Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930* e *Getúlio Vargas assumiu o poder em 1937*, localizadas temporalmente, apontam para dois eventos históricos diferentes.

Por contemplar os subdomínios que compõem os eventos, o modelo de Link pode constituir uma boa explicação para a questão central deste trabalho: relações entre indivíduos e eventos, que garantem a referência temporal. No capítulo 2, serão analisadas sentenças/trechos de textos de História, levando em conta esse modelo.

2. ANÁLISE

A análise desenvolvida neste capítulo tem dois objetivos: (i) mostrar que em sentenças de textos de História a morfologia do verbo não tem papel principal na localização de eventos; (ii) explicar essa localização sob um modelo que considere indivíduos temporalizados.

Ambas serão discutidas a partir da análise de sentenças/trechos de textos de História e Historiografia. Para tanto, foram selecionados historiadores brasileiros que produziram sobre o mesmo evento histórico, o Estado Novo. Uma vez que este trabalho tem um pé na escrita da História, a seleção dos historiadores procurou contemplar perspectivas teóricas distintas — aspecto externo que poderia influenciar a marcação temporal dos textos. Entre essas diferentes concepções, estão as dos historiadores marxistas Nelson Werneck Sodré (2004[1962]) e Bóris Fausto (1995), a historiadora Sônia Regina de Mendonça (1990) da História Política e Econômica, Lúcia Lippi de Oliveira (1982) da História Social e Mônica Pimenta Velloso História Cultural (1982). Antes, porém, de analisar as sentenças, vamos entender melhor o que é um texto História.

2.1 O TEXTO DE HISTÓRIA

O trabalho do historiador consiste, *grosso modo*, na reconfiguração de um acontecimento ou de um processo passado, para tanto ele se vale da análise de fontes. Se, além disso, o historiador faz uma resenha, uma crítica, de outras obras de História sobre o assunto em questão, trata-se de uma obra de Historiografia.²³ Neste trabalho, incluímos sentenças retiradas tanto obras de História (não se trata livros didáticos) quanto de Historiografia. Para facilitar a referência ao corpus, vamos incluir tudo em textos produzidos por historiadores.

Embora muito se discuta sobre o caráter predominantemente narrativo — no âmbito metodológico e epistemológico — dessas produções, se fizermos uma

²³ Para um comentário pontual sobre o conceito, ver o verbete Historiografia em: SILVA, K. & SILVA, M. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2009.

análise considerando a Linguística Textual, observamos que são compostas por mais de um tipo textual: narrativo, expositivo, até argumentativo. Koch e Elias (2007) chamam isso de heterogeneidade tipológica. Vejamos alguns exemplos:

(1) No dia 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. O ministro da Guerra — general Dutra — se opusera a que a operação fosse realizada por forças do Exército. À noite, Getúlio anunciou uma nova fase política e a entrada em vigor de uma Carta constitucional, elaborada por Francisco Campos. Era o início do Estado Novo. (FAUSTO, 1995 p.364)

(2) Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. (FAUSTO, 1995, p. 367)

(3) O período 1930-37 pode, por isso mesmo, ser definido como de crise política aberta, sem que nenhuma das frações de classe envolvidas lograsse tornar-se hegemônica em sucessão à burguesia cafeeira, o que acabou garantindo ao Estado — a burocracia estatal — a possibilidade de atuar com relativa margem de autonomia face aos interesses em disputa. (MENDONÇA, 1990, p. 322).

De (1) podemos dizer que é propriamente de tipo textual narrativo, uma vez que há referência a fatos e personagens (*tropas polícia militar, ministro da guerra, Getúlio Vargas*, etc. — não fictícios, nesse caso), ancoragem de eventos no tempo (marcado por *no dia 10 de novembro de 1937, à noite...*) e sucessão de eventos no tempo e no espaço.²⁴

Já (2) e (3) podem ser considerados como expositivos, uma vez que se trata da definição sintética do evento histórico Estado Novo e da definição do período

²⁴ Essa análise se estende, porém não é objetivo deste trabalho. Só pretendemos mostrar brevemente a diferença entre os trechos (1), (2) e (3).

histórico de 1930-37, respectivamente. A atemporalidade própria do *expor* está no *poder*, flexionado em um presente “genérico”, que também não traz a marca de um agente específico, do tipo *O historiador X define o período...*

Bronckart (2003) chama o *narrar* e o *expor* de tipos de discurso. Para o autor, a relação desses tipos com o que ele chamou de ato de produção (que envolve as noções de implicação e autonomia) forma os gêneros textuais. Entretanto, o próprio autor observa que há variações na fronteira entre ambos os tipos, “existem segmentos que apresentam sobreposição e até mesmo fusão de tipos” (BRONCKART, 2003, p. 187). A análise do autor tanto dos tipos e gêneros é muito mais complexa. Aqui, neste momento, nós só vamos pedir a licença do argumento para dizer que nos textos produzidos pelos historiadores, independente de haver predominância narrativa ou expositiva, há a localização temporal de eventos, garantida por expressões localizadoras, especialmente indivíduos temporalizados — por exemplo, as datas, os nomes próprios e o nome do evento *Estado Novo*. É o que veremos a seguir.

Vale ressaltar que o objetivo não é avançar na Linguística Textual. Vamos para a Semântica, a fim de observar a localização dos eventos no tempo.

2.2 ANÁLISE DE SENTENÇAS PRODUZIDAS POR HISTORIADORES

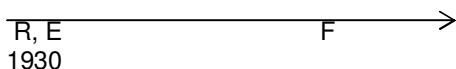
Considerando o percurso teórico desenvolvido no primeiro capítulo, nesta seção serão analisadas algumas sentenças produzidas por historiadores. Inicialmente, tentaremos mostrar que o tempo verbal não garante a localização temporal dos eventos, logo uma explicação que privilegie a morfologia (Klein, 1994) encontra problemas em alguns casos. Em um segundo momento, destacaremos a necessidade de expressões localizadoras, a partir da noção de função de localização de Bertinetto (1982) e de expressão denotadora de intervalos de Mória (2003). Por fim, optamos pela análise de sentenças sob um modelo teórico que leve em conta todo o evento (Link, 1998), bem como a existência de indivíduos temporalizados que garantem a localização temporal e também compõem expressões denotadoras de intervalos.

2.2.1 Tempo verbal

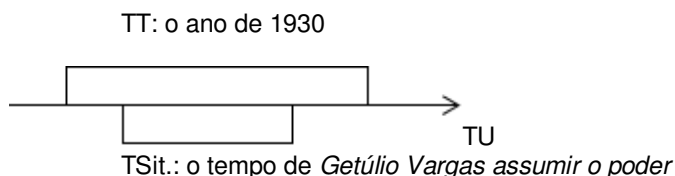
Sob o sistema de Smith (1997), o tempo em (4a) pode ser explicado da seguinte forma:

(4a) Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930.

Há o momento de fala (F), que pode ser considerado o presente do historiador, o momento do evento (E), o tempo de *Getúlio Vargas assumir o poder*, e o momento de referência (R), que é especificado pela data *em 1930*. Seguindo a teoria, uma vez que o verbo está no pretérito perfeito, E e R coincidem e precedem F: $E, R < F$. Aparentemente, entende-se que a sentença se refere a um evento passado, uma vez que o verbo está no passado:



Já, considerando a proposta de Klein(1994), o tempo da sentença acima seria assim explicado: o verbo no passado indica que TU é anterior a TT, TT é um intervalo em que Tsit está localizado e é especificado pelo *adjunto em 1930*.



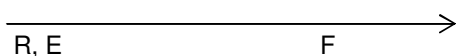
Tudo bem até aqui. Vamos agora para sentenças em que os verbos estão no presente ou no futuro, porém os eventos estão no passado:

(4b) Getúlio Vargas assume o poder em 1930.

Seguindo Klein (1994), em (4b) o tempo verbal no presente estabelece a relação de simultaneidade entre TT e TU. Neste caso, entretanto, não é possível dizer que o tempo sobre o qual o falante faz a asserção — como Klein define TT —

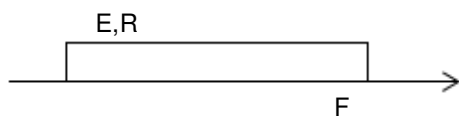
equivale ao momento em que a sentença é proferida. O evento em (4b) também está localizado no passado. Essa localização não é garantida pela morfologia verbal, mas sim pelo adjunto *em 1930* e pelo indivíduo *Getúlio Vargas*.

Vamos tratar primeiro da relação entre tempo verbal e adjuntos, depois daremos atenção aos indivíduos temporalizados. Para tanto, inicialmente, se assumirmos que o adjunto adverbial estabelece o R, seguiremos a proposta de Smith (1997). Em (4b) o valor do adjunto anula o do tempo verbal, assim o evento continua localizado em um momento anterior ao de fala:

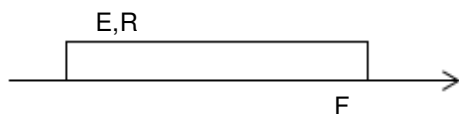


Do mesmo modo, em (5a) e (5b), o adjunto *até o final do Estado Novo* localiza o evento no tempo. Independente da morfologia, a representação do tempo da sentença é a mesma:

(5a) Getúlio Vargas permanece no poder até o final do Estado Novo.

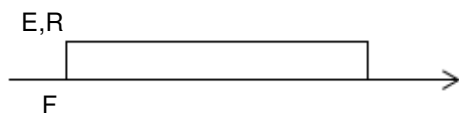


(5b) Getúlio Vargas permanecerá no poder até o final do Estado Novo.



Antes de expandirmos a explicação sobre o tempo denotado pelos adjuntos e indivíduos, veremos mais evidências de que são eles que localizam as eventualidades no tempo, e não necessariamente o tempo verbal. Para tanto, comparam-se as sentenças anteriores com as seguintes, que indicam um evento que culmina em um ponto no futuro, expresso pelo adjunto *até o final de 2014*:

(6a) Dilma permanecerá no poder até o final de 2014.



Lê-se: o evento *Dilma permanecer no poder* está localizado em um intervalo de tempo que se estende a partir do momento de fala; esse intervalo é delimitado pelo adjunto *até o final de 2014*, trata-se do momento de referência.

A mesma representação se aplica a (6b):

(6b) Dilma permanece no poder até o final de 2014.

Observa-se que a localização da eventualidade independe da morfologia, nesse caso, mas sim do adjunto, do indivíduo *Dilma* (como veremos depois) e do tempo expresso pelo verbo *permanecer* que indica uma eventualidade que não é pontual, o mesmo acontece com *Getúlio Vargas* em (4a). Assumindo isso garantimos que as sentenças (5a,b) e (6a,b) têm representações diferentes, dado que os eventos estão localizados em pontos diferentes com relação ao momento de fala.

Agora, vejamos (6c):

(6c)?Dilma permaneceu no poder até o final de 2014.

(6c) causa certo estranhamento, se proferida neste momento, enquanto Dilma ainda está no poder no país e ainda não chegamos ao final de 2014. A sentença só não causa estranhamento se proferida em um momento posterior a 2014. Ao que parece, quando nos referimos a eventos futuros, não é possível empregar qualquer tempo verbal em qualquer situação.²⁵ Mas é possível usar o futuro para se referir a eventos passados:

²⁵ Cabe aqui uma ressalva, retomando a nota 1: uma sentença como “Amanhã a essa hora, Dilma já chegou em Brasília” é possível. Ao que parece, aqui, as expressões localizadoras *amanhã* e *até o final de 2014* jogam o evento para o futuro e para o passado, respectivamente. Embora a comparação entre essas sentenças demande maior estudo, não invalida a ideia de que a localização temporal é mais semântica do que apenas morfológica.

(7) Na segunda metade, o Estado Novo já não tem condições para prolongar a sua política de equilíbrio. Sofrerá, ao longo do tempo, a influência da correlação externa de forças e também da correlação interna, que se modifica à proporção que se modifica o caráter da guerra e que, no interior, as forças produtivas novas crescem. (SODRÉ, 2002, p. 363).

Em (7), o tempo verbal no futuro não joga a eventualidade estativa *sofrer* para um momento posterior ao F, ou a TU. O que a segura no passado é o localizador *na segunda metade* e o nome *Estado Novo*. Isso inverte o raciocínio de Klein (1994), segundo o qual é a morfologia que determina a interpretação temporal da sentença — eu posso dizer neste momento *a luz estava acesa* e isso será entendido como algo localizado no passado, uma vez que o tempo verbal indica que o falante selecionou um TT para localizar a ação que é anterior ao TU. Em outras palavras eu posso responder agora: *O que você viu quando entrou na sala? A luz estava acesa*. Entretanto, as sentenças observadas até então revelam o contrário: é a semântica do passado que determina a interpretação, logo tanto faz a flexão verbal²⁶.

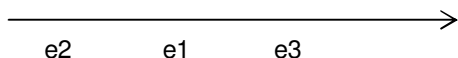
Exemplo disso é o futuro do pretérito. De (8) e (9) é possível fazer a leitura canônica do tempo verbal: a leitura hipotética.

(8) Dilma permaneceria no poder até o final de 2014, porém seu mandato foi cassado.

(9) Getúlio Vargas permaneceria no poder até janeiro de 1956, porém se suicidou em 1954.

²⁶ É preciso relativizar esse “tanto faz a flexão verbal”. O que se quer mostrar aqui é que: nas sentenças produzidas sobre evento históricos, a opção por uma forma verbal no presente, pretérito ou futuro não altera a localização do evento no passado. Aparentemente, há algumas restrições relacionadas à ordem. A sentença: *O Estado Novo iniciará depois que Getúlio deu o golpe* causa estranhamento. Essa relação entre sucessão de eventos e ordenação da forma verbal precisa ser estudada posteriormente.

Getúlio anunciou uma nova fase política e a entrada em vigor de uma Carta constitucional (e3). (e2) serve de referência temporal para os demais.



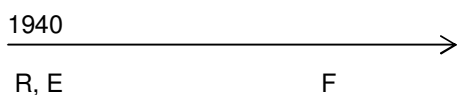
A comparação entre os trechos (10) e (11) evidencia que a localização, e a consequente sucessão, de eventos no passado depende de outros elementos, como datas, nomes de intervalos, nomes próprios. Logo, o que se assume aqui é que a leitura temporal não depende só do nível morfológico.

2.2.2. Localizadores e expressões denotadoras de intervalo

Pode-se afirmar então que a semântica do passado dá liberdade para o tempo verbal variar sem que se altere a localização temporal dos eventos. Isso é garantido por outras expressões que ocupam a posição de adjuntos, e até de sujeitos. Como vimos no capítulo 1, Mória (2003) as denomina de expressões denotadoras de intervalos e Bertinetto (1982) considera que são responsáveis pela função de localização. Vamos observá-las nas sentenças:

(12) Em abril de 1940, os jornais ocupam páginas inteiras sobre o aniversário de Getúlio Vargas. (CARONE, 1976, p.167)

Aqui a data *abril de 1940*, em posição de adjunto, localiza o evento *os jornais ocupar páginas inteiras sobre o aniversário de Getúlio Vargas* no passado, em um momento anterior ao proferimento da sentença.

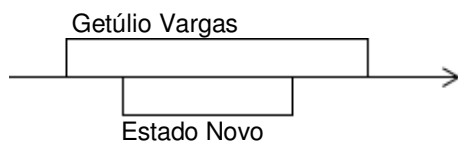


Para Mória, *em abril de 1940* é uma expressão denotadora de intervalo básica, uma vez que o núcleo, *abril de 1940*, tem caráter intrinsecamente temporal. Nesta sentença também há outra expressão que denota intervalo, o nome *Getúlio*

Vargas, uma expressão derivada, segundo o autor, uma vez que se trata de uma entidade de categoria ontológica não temporal, mas que adquire propriedades referenciais próximas das dos denotadores básicos em determinados contextos. Link (1998), por sua vez, vai dizer, ao contrário de Mória (2003), que indivíduos e eventos são ontologicamente temporais. Concordamos com ele!

Voltando para a sentença (5a), nota-se que essas expressões derivadas são bem evidentes. *Estado Novo* é o núcleo do adjunto e se refere ao período de 1937 a 1945, enquanto *Getúlio Vargas* pega um intervalo de tempo maior, em que o tempo do Estado Novo está incluído

(5a) Getúlio Vargas permanece no poder até o final do Estado Novo.



As sentenças (13) e (14) evidenciam que a morfologia do presente não contribui para a interpretação temporal. Na primeira, há a expressão localizadora no *Estado Novo* e na segunda a expressão *na hora da mudança do regime*.

(13) No Estado Novo, a alta centralização do poder político é evidentemente acompanhada pela centralização do poder simbólico. (VELLOSO, 1982, p. 77)

(14) A constituição governamental já está definida na hora da mudança do regime. (CARONE, 1976, p. 263).

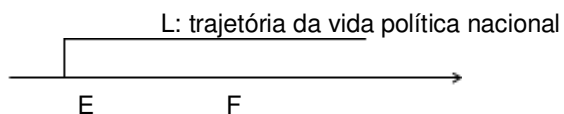
A diferença entre ambas é que em (14) a informação temporal precisa da *mudança do regime* é recuperada anaforicamente, ou seja, isso foi indicado em algum outro momento pelo historiador.

Agora, comparamos (15) e (16):

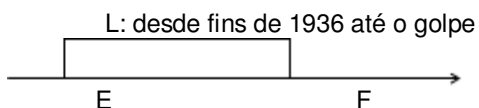
(15) Na trajetória da vida política nacional, o Estado Novo (1937-45) continua sendo um período um tanto enigmático, que desafia incessantemente explicações e reconstituições já dadas. (VELLOSO, 1982, p. 71).

(16) Desde fins de 1936 que o golpe de Estado vem sendo preparado. (CARONE, 1976, p.235).

Em (15), o auxiliar-aspectualizador *continua* faz a pressuposição da continuidade até o momento de fala. O localizador *na trajetória da vida política nacional* abre um intervalo não limitado, que inclui o momento de fala. O nome o *Estado Novo* em posição de sujeito, denota outro intervalo que está incluso no primeiro.



Já em (16) a continuidade indicada pela perífrase não passa pelo momento de fala, como acontece em (15). O intervalo de tempo aberto pelo localizador (L) *desde fins de 1936* é fechado pela informação temporal recuperada anaforicamente pelo indivíduo *golpe*.



Essa comparação evidencia que a leitura temporal passa por vários níveis — o semântico, discursivo, pragmático, etc. O morfológico, porém, é o que menos importa. A localização garantida pelo nome de indivíduo ou evento histórico na posição de sujeito é mais evidente quando não há outro localizador, ou adjunto adverbial.

Nas sentenças (17), (18) e (19), não há um localizador (L) nos moldes como Bertinetto (1982) considerou. Há expressões denotadoras de intervalo. Em ambas a

sentenças, essas expressões estão na posição de sujeito, núcleo de predicação (MÓIA, 2003).

(17) **O regime de 1937** não resultou da tomada do poder por nenhum movimento revolucionário organizado e de massas. (OLIVEIRA, 1982, p.25).

(18) **O Estado Novo** foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. (FAUSTO, 1995, p.364).

Em (19) há um verbo cópula que nada contribui para a interpretação temporal, dada pelo tempo denotado pelo nome do indivíduo *Getúlio Vargas*:

(19) “Restabelecer o prestígio do governo central” é razão de ser do golpe, para **Getúlio Vargas**. (CARONE, 1976, p.257).

Neste caso, o indivíduo *Getúlio Vargas* em posição de PP conformativo indica um intervalo de tempo. O nome *golpe* também está ligado a um intervalo de tempo, porém é recuperado anaforicamente. Na próxima seção veremos porque é possível dizer que o nome *Getúlio Vargas* denota um intervalo.

Antes disso, temos mais dois exemplos que exigem para a explicação da interpretação temporal um modelo mais robusto do que o de Smith (1997) e Bertinnetto (1982):

(20) A doutrina do Estado Novo propõe todo o poder necessário ao Estado, visto como única instituição capaz de garantir a coesão nacional e de realizar o bem público, para além dos interesses reais, mas mesquinhos dos indivíduos e dos grupos. (OLIVEIRA, 1982, p. 24).

(21) O aparato ideológico do Estado Novo produz um discurso que enfatiza sobretudo o caráter não arbitrário do Estado, repudiando incessantemente a utilização dos métodos de força e violência. (VELLOSO, 1982, p. 97).

Nesse caso, os verbos *propor* e *produzir* estão no presente. Na posição sujeito há uma expressão abstrata — a *doutrina do Estado Novo* e o *aparato ideológico do Estado Novo*, respectivamente —, que pode ser considerada uma personificação ou prosopopéia. Dentro dessas expressões, há o nome do intervalo *Estado Novo* — uma expressão denotadora de intervalo derivada, segundo Mória (2003).²⁸ Logo, para explicarmos a relação entre os nomes de intervalos e os eventos, precisamos de um modelo teórico que leve em conta os indivíduos temporalizados. Na próxima seção, portanto, vamos analisar as sentenças com base em um modelo de teoria de eventos.

2.2.3 Modelo de Link (1998) e indivíduos temporalizados

Até então vimos que nos textos de História a morfologia verbal não tem o papel principal na localização das eventualidades. São necessárias expressões localizadoras. Mória (2003) aponta um caminho descritivo que classifica uma categoria de nome de intervalo de tempo com expressão denotadora de intervalo. Para além da descrição, precisamos de um modelo teórico que forneça uma análise representacional que considere esses nomes de intervalo — o que inclui também a relação dos nomes próprios com determinado intervalo temporal —, ou seja, indivíduos temporalizados.

Nesse sentido, temos as teorias de eventos (como comentado no capítulo 1), entre as quais há o modelo de Link (1998) que apresenta uma ontologia de indivíduos e eventos, cuja consideração mais importante para nós é que ambos possuem traços temporais. Como já foi apresentado, esse modelo é composto por conjuntos:

$$M = \langle A, E, T, H, \varepsilon, R, \pi, \tau, \sigma \rangle$$

A é o conjunto de indivíduos

E é o conjunto de eventos particulares

²⁸ Nota-se também que a localização do evento no passado independe da classe aspectual do verbo, respectivamente *achievement* e *accomplishment* (VENDLER, 1967).

T é o conjunto de períodos de tempo

H é o conjunto de regiões espaciais

\mathcal{E} é o conjunto de tipos de evento/eventos tipo

R é o conjunto de papéis temáticos

π é a relação entre eventos e tipos de eventos

τ é uma função de E para T (função do traço temporal)

σ é uma função parcial de E para H (função do traço espacial).

Com base na relação entre esses conjuntos, a sentença (5a) pode ser assim explicada:

(5a) Getúlio Vargas permanece no poder durante o Estado Novo.

Aqui o indivíduo *Getúlio Vargas* compõe o conjunto A de indivíduos e tem um papel R no evento *permanecer durante o Estado Novo*. O traço temporal do evento é marcado pelo nome *Estado Novo*, que se refere ao período de 1937 a 1945. Como os domínios estão interligados, a função τ garante a relação entre o evento e o T, conjunto de tempo, e uma vez que o indivíduo do conjunto A exerce um papel em E, também está relacionado ao conjunto do T.

No conjunto T, há uma relação entre intervalos de tempo denotados pelo nome *Estado Novo* e pelo indivíduo *Getúlio Vargas*. O tempo denotado pelo primeiro está incluído no segundo.

Em (22), há duas expressões que denotam intervalos: o termo *estado-novista*, que modifica o indivíduo *discurso* e recorta um intervalo de tempo do *governo Vargas*, e o nome *Vargas*. Ambas as expressões compõem o conjunto T. Se sentença fosse *a figura de Vargas atinge proporções verdadeiramente carismáticas*, o tempo seria somente definido pelo intervalo delimitado pelo nome *Vargas*.

(22) No discurso estado-novista, a figura de Vargas atinge proporções verdadeiramente carismáticas (VELLOSO, 1982, p.95).

Para interpretação temporal das sentenças, portanto, são necessários indivíduos temporalizados. Os nomes próprios estão diretamente ligados a um conjunto de tempo. Essa relação entre conjuntos proposta por Link (1998) invalida um possível contra-argumento: “sabemos que um texto sobre Getúlio Vargas é um texto sobre eventos passados, uma vez que Getúlio Vargas é um sujeito histórico”.

Getúlio Vargas é um indivíduo temporalizado. Na relação entre os conjuntos de Link (1998), o indivíduo é ligado ao conjunto de tempo pela função (τ); por isso podemos dizer que o nome *Getúlio Vargas* pode constituir expressões denotadoras de intervalos, ou seja, nomeia intervalos de tempo, como: *Era Vargas, o governo de Vargas, a ditadura Vargas, o regime de Vargas*, entre outras.

Com (23), podemos entender melhor a ideia de indivíduo temporalizado:

(23) Almir de Andrade foi durante o Estado Novo, e principalmente no período em que dirigiu a revista *Cultura Política* (1941•1945), um dos principais ideólogos do regime de 37. (OLIVEIRA, 1982, p. 34).

Almir de Andrade é um indivíduo que está contido no conjunto A, de indivíduos. O conjunto T está especificado pelas expressões: *durante o Estado Novo, período em que dirigiu a revista Cultura Política (1941•1945) e regime de 37*. Uma reescrita possível é *A revista Cultura Política idealizou o regime de 37*, em que se mantém o intervalo denotado por *A revista Cultura Política* — indivíduo temporalizado. Seguindo esse raciocínio, *Estado Novo* também é um indivíduo temporalizado. Vejamos isso com mais atenção.

2.2.3.1 Estado Novo: evento complexo e indivíduo temporalizado

Os textos de História, de onde tiramos as sentenças analisadas aqui, tratam do mesmo tema: o evento histórico Estado Novo. O nome *Estado Novo* se refere, *grosso modo*, ao período, entre os anos 1937 e 1945, em que foi instaurado um regime de governo autoritário, por meio de um golpe de Estado que garantiu a permanência de Getúlio Vargas no poder. A abordagem do evento histórico, por

cada historiador, varia conforme a corrente historiográfica a que se filia e as fontes utilizadas para o estudo do período. Nelson Werneck Sodré, historiador marxista cujo foco era, entre outros, o desenvolvimento das forças produtivas, na obra *Formação Histórica do Brasil* (2004, primeira edição 1962), define o Estado Novo como a tentativa de realização de uma revolução burguesa sem o proletariado, a partir da instauração de uma ditadura por Vargas, em 1937. Já Boris Fausto, com a preocupação de escrever sobre a História do Brasil a partir de um ponto de vista mais geral, sob o viés socioeconômico sintetiza o evento como uma “aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais”. (FAUSTO, 1995, p. 367).

Entre os demais historiadores que tratam do período, destacam-se Lucia Lippi de Oliveira, da História Social, e Monica Pimenta Velloso, da História Cultural, que estão no livro *Estado Novo: ideologia e poder*. Esta obra marca o período de revisão historiográfica sobre o tema, iniciado após a década de 1980, que privilegia particularidades nacionais. A obra, segundo Capelato (2012, p. 192) aborda o perfil doutrinário do Estado Novo e busca as relações entre cultura, formas de organização política e econômica e a forma de compreensão da existência humana na sociedade brasileira. Nessa linha, Lúcia Lippi de Oliveira considera que o governo do “Estado Novo foi centralizador, concentrou no nível federal a tomada de decisões antes partilhada com os estados, e foi autoritário, centralizando no Executivo as atribuições anteriormente divididas com o Legislativo.” (OLIVEIRA, 1982, p. 10). Já Velloso destaca a concentração do poder político e simbólico do Estado Novo. Por fim, em texto de historiografia, a historiadora, Sônia Regina Mendonça (1990), especialista em História Política e Econômica, afirma que o Estado Novo marcou a aceleração do processo de constituição do Estado brasileiro como Estado nacional, capitalista e burguês.

O que há em comum entre os textos desses historiadores é que todos, independentemente das características que cada historiador atribui ao evento histórico em questão, utilizam indivíduos temporalizados e demais expressões que denotam intervalos nas sentenças que produzem e variam o tempo verbal para além do pretérito.

Enquanto para esses historiadores, Estado Novo é um evento histórico, um regime de governo, um período do governo Vargas, para nós, linguisticamente, o Estado Novo é um evento complexo, da mesma forma que Link definiu Revolução Francesa.²⁹ *Estado Novo*, assim, pode ser entendido como a soma dos eventos: *permanência de Getúlio Vargas no poder, instauração de um regime de governo autoritário, golpe de Estado, repressão ao comunismo, criação de uma nova Constituição*. São, assim, subeventos que estão em uma relação *c-part*. Há o consenso de que o evento Estado Novo está localizado nos anos 1937 a 1945, mas sua extensão depende dos subeventos que os historiadores levam em conta para delimitá-lo, por exemplo, considerar que os processos para sua instauração iniciaram em 1930 ou 1936, e que seu fim se deu pela entrada do Brasil na Segunda Guerra, pela pressão internacional ou no exato momento quando Vargas foi deposto.

Para entendermos melhor essa noção de evento complexo, vamos ver outro exemplo: a Era Vargas se refere a todo o período em que o Brasil esteve sob o poder de Getúlio Vargas (de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954). Compõem a Era Vargas outros eventos, como a *ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a criação de leis trabalhistas, a consolidação de um regime autoritário até mesmo outros eventos complexos*, como a Revolução de 1930 e o Estado Novo. Esses eventos podem aparecer em uma sequência, como no trecho (7), por exemplo:

(7) Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador pelo espaço de quinze anos. Voltaria à Presidência pelo voto popular em 1950. (FAUSTO, 2006. p. 186).

Nota-se que, como já comentamos na seção anterior, o futuro do pretérito não interfere na localização temporal do evento *voltar à Presidência pelo voto*

²⁹ Neste trabalho usamos o termo Estado Novo em itálico para indicar menção e normal para nos referirmos ao evento histórico.

popular em 1950, ou seja, não deixa de estar localizado no passado e de fazer parte do evento complexo a Era Vargas.

Voltando, podemos dizer então que *Estado Novo* é, portanto, um evento complexo e, por consequência, possui partes temporais. Por isso podemos dizer que denota um intervalo de tempo (de 1937 a 1945) e que é um indivíduo temporalizado.

Nas próximas sentenças, a expressão aparece como complemento de PP (24), objeto de predicação (18) e sujeito agente (25) e (26):

(24) A partir do Estado Novo, desapareceu a representação via Congresso.
(FAUSTO, 1995, p. 366).

Em (24), o conjunto T é delimitado pelo localizador *a partir do Estado Novo*, temporalmente equivalente a *a partir de 1937*, a função τ liga o evento *desaparecimento da representação via Congresso* ao conjunto T. Congresso é modificador da representação e também constitui um indivíduo temporalizado, sua ancoragem temporal pode ser recuperada anaforicamente.

Em (18) — novamente comentada — há uma passiva. O agente da implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas, não está explícito, é uma informação que pode ser inferida do termo Estado Novo — expressão que aqui também delimita o conjunto T. Pensando na definição de evento complexo, podemos dizer que a inferência do agente é possível, uma vez que o evento *Getúlio Vargas implantou o Estado Novo* é uma parte do evento complexo Estado Novo.

(18) O Estado Novo foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. (FAUSTO, 1995, p. 364).

Já em (25) e (26), *Estado Novo* ocupa a posição de sujeito agente. Na representação de Link (1998), passa a compor o conjunto A de indivíduos e R, de papéis temáticos, ao mesmo tempo em que também faz parte do conjunto T, de tempo.

(25) Na sua primeira metade, e ainda depois de irrompida a Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo buscou realizar, no exterior, uma política de equilíbrios que lhe permitisse tirar proveitos das contradições entre os diversos imperialismos em presença e já tendendo para a solução de força (SODRÉ, 2002, p. 363).

(26) O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais (FAUSTO, 1995, p. 376).

Se formos mais além, pensando em uma metáfora espacial, podemos considerar que o termo *Estado Novo*, além de nome de evento, indivíduo e localizador temporal, indica determinado espaço: o Brasil de 1937 a 1945. Isso é visível na sentença (27): precedido pela preposição *em*, *Estado Novo* recorta o espaço – o governo brasileiro de 1937 a 1945. Nesse caso, a função do traço espacial σ relaciona o conjunto E ao H, do espaço, enquanto a função τ relaciona E ao conjunto T, do tempo.

(27) No *Estado Novo*, a alta centralização do poder político é evidentemente acompanhada pela centralização do poder simbólico. (VELLOSO, 1982, p. 77)

Observamos assim que, independente da posição que ocupa na sentença, o termo *Estado Novo* denota tempo.

Por fim, destacamos três trechos de um texto de historiografia, isto é, quando o historiador, além da análise das fontes e do acontecimento em questão, faz uma resenha do que já foi produzido sobre o assunto escolhido até então. Não se pretende com isso fazer aqui uma análise textual ou discursiva, mas sim mostrar que, embora se cruzem os tipos textuais narrativo e explicativo nos textos de história, os localizadores temporais, os indivíduos temporalizados, nomes de intervalos, são imprescindíveis. Em (28), o trecho inicial, *A primeira das posições existentes pode ser ilustrada por autores como Sodré...*, introduz a voz de outros

autores e o *pode* traz uma marca de atemporalidade. Entretanto, o nome de intervalo Revolução de 30 recorta o período de tempo — localizando o tema em questão — e é recuperado ao longo do trecho pelos nomes *aparelho do Estado*, *indústria de base no país*, *sociedade brasileira*. Nota-se que o futuro do pretérito *implantar-se-ia* produz apenas um efeito de sentido³⁰.

(28) A primeira das posições existentes pode ser ilustrada por autores como Sodré, que interpretam a “revolução de 30” como a verdadeira revolução burguesa no Brasil, entendida, dogmaticamente, como a ascensão da burguesia industrial ao aparelho do Estado. Em consequência dessa tomada do poder, implantar-se-ia de fato a indústria de base no país, único meio capaz de superar o dilema criado pela coexistência dos setores arcaico (a agroexportação, identificada ao feudalismo) e moderno (o pólo urbano-industrial) na sociedade brasileira. (MEDONÇA, 1990, p. 323).

Do mesmo modo, no trecho seguinte, há a introdução de outras vozes *Segundo essa análise [de historiadores da década de 1970, como Fausto e Weffort]*. O intervalo de tempo é marcado pelo localizador *pós-30* e pelos nomes *crise brasileira*, *movimento militar...* A flexão verbal tanto no passado, quanto no futuro do pretérito está subordinada à referência temporal dessas expressões.

(29) Segundo essa análise [de historiadores da década de 1970, como Fausto e Weffort], o cerne da crise brasileira localiza-se na cisão entre as oligarquias agrárias, ao que se acresceu o potencial desestabilizador de um movimento militar, bem como a fraqueza política da burguesia industrial, propiciando um “vazio do poder” no pós-30 cuja expressão estatal fora uma

³⁰ A escolha de uma forma verbal e não outra pelo historiador pode servir propositalmente a um efeito de sentido que ele queira produzir. Por exemplo, a escolha do presente pode indicar um ponto de vista interno à narrativa, aproximando o leitor. Em (28) e (29), a opção pelo futuro do pretérito, dada a leitura que provoca de não culminância do evento, pode estar relacionada ao não comprometimento da historiadora com as posições que são comentadas nos trechos. Isso, porém, não explica o “implantar-se-ia” em (30). Logo, eis um cominho para maiores estudos, pensando também na Análise do Discurso.

recomposição intra-elite. No entanto, uma característica distinguiria nitidamente a nova estrutura política da anterior: ela não mais seria a expressão imediata da hierarquia social e econômica, nem dos interesses de uma só fração de classe, como durante o regime oligárquico. Residiria aí, justamente, a possibilidade da força pessoal do chefe do Executivo, em função da posição de “árbitro” em que se via colocado. (MENDONÇA, 1990 p. 323).

E (30), em que o tempo está definido por *no imediato pós-30, Estado Novo, em 1937*, logo o futuro do pretérito só produz efeito de sentido.

(30) Apesar de iniciado no imediato pós-30, o marco na aceleração desse processo [constituição do Estado brasileiro enquanto um Estado nacional, capitalista e burguês] foi a instauração do Estado Novo em 1937. Sob a égide da ditadura, abrir-se-iam novas possibilidades de redefinição dos canais de representação, de participação política e de construção da cidadania. (MENDONÇA, 1990, p. 338).

Finalizamos a análise com evidências de que indivíduos temporalizados — nomes que denotam intervalos, o que inclui nome de eventos, como *Estado Novo*, e nomes próprios, como *Getúlio Vargas* — e demais expressões denotadoras de intervalos localizam eventos no tempo. Nos textos produzidos por historiadores, essa referência temporal permite que o tempo verbal varie, produzindo um efeito de sentido pretendido pelo historiador. Essa possibilidade é reflexo de uma das mais importantes características da linguagem: a criatividade (FRANCHI, 1992)³¹. A semântica do passado dá liberdade para a língua brincar com sua estrutura.

³¹ Para uma discussão mais elaborada entre a História e a concepção de linguagem de Franchi (1992), ver Mazocco (2013a). A autora defende que ao mesmo tempo em que a História é constituída pela linguagem, ela a constitui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pois bem, o caminho desenvolvido com a análise das sentenças e dos trechos selecionados leva a conclusões interessantes — inclusive para discussões posteriores.

Os textos de História e Historiografia constituem um espaço produtivo para observar a referência temporal. Uma das constatações importantes é que a semântica do passado dá liberdade para o tempo verbal variar sem que se altere a localização temporal dos eventos, dado que isso é garantido por expressões localizadoras e indivíduos temporalizados. Logo, é possível considerar que tanto a proposta de Klein (1994), quanto a de Smith (1997) — com base em Reichenbach (1947) — não fornecem uma explicação que privilegie os outros elementos que denotam tempo. A autora leva em conta os advérbios temporais, ao afirmar que o valor temporal dos adjuntos se sobrepõe em alguns momentos ao da flexão. Porém há problemas, pois, como vimos, há exemplos de sentenças em que é o tempo verbal que se sobrepõe aos adjuntos e há outras em que não há adjuntos de tempo.

Desta feita, recorremos a Mória (2003), que aponta um caminho descritivo que classifica expressões denotadoras de intervalos e, para além da descrição, chegamos a um modelo teórico que fornece uma análise representacional que considera esses nomes de intervalo — o que inclui também a relação dos nomes próprios com determinado intervalo temporal —, ou seja, indivíduos temporalizados. Nesse ponto, temos as teorias de eventos entre as quais há o modelo de Link (1998) que apresenta uma ontologia de indivíduos e eventos, cuja consideração mais importante para nós é que ambos possuem interpretação temporal.

Por contemplar os subdomínios que compõem os eventos, o modelo de Link (1998) fornece uma boa explicação para a questão central deste trabalho: relações entre indivíduos e eventos, que garantem a referência temporal. A análise feita sob esse modelo no capítulo 2 permite considerar *Estado Novo* como nome de intervalo. E uma vez que indivíduos e eventos são compostos por subpartes, é possível aproximá-los sob uma mesma representação e afirmar que ambos podem ser considerados indivíduos temporalizados.

Mais detalhadamente, vimos que enquanto para os historiadores, Estado Novo é um evento histórico, um regime de governo, um período do governo Vargas, para nós, linguisticamente, o *Estado Novo* é um evento complexo, da mesma forma que Link definiu *Revolução Francesa*. É uma soma dos eventos: *permanência de Getúlio Vargas no poder, instauração de um regime de governo autoritário, golpe de Estado, repressão ao comunismo, criação de uma nova Constituição...* São, assim, subeventos que estão em uma relação *c-part*. Há o consenso de que o evento Estado Novo está localizado nos anos 1937 a 1945, mas sua extensão depende dos subeventos que os historiadores levam em conta para delimitá-lo, por exemplo, considerar que os processos para sua instauração iniciaram em 1930 ou 1936, e que seu fim se deu pela entrada do Brasil na Segunda Guerra, pela pressão internacional ou no exato momento quando Vargas foi deposto.

Do mesmo modo, *Getúlio Vargas* é um indivíduo temporalizado, na relação entre os conjuntos de Link (1998), o indivíduo é ligado ao conjunto de tempo pela função (τ); por isso podemos dizer que o nome *Getúlio Vargas* pode constituir expressões denotadoras de intervalos como, passa a nomear intervalos de tempo: Era Vargas, o governo de Vargas, a ditadura Vargas, o regime de Vargas, entre outras.

Considerando a análise apresentada, o que se pode inferir dos trechos selecionados é que, independente do historiador e da corrente teórica a que se filia, a referência temporal é a mesma. Isto é, por mais que haja diferença entre a seleção de fatos e características que definem um evento histórico, os historiadores se valem dos mesmos recursos linguísticos para localizarem temporalmente um evento — indivíduos temporalizados e demais expressões localizadoras de intervalos.

Em suma (e essa “suma” não deixa de ser uma questão a ser discutida), quando se trata de localização temporal, a semântica do passado é forte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSO, R. **Telicidade e Detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual**. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2007.

_____. **A semântica das relações anafóricas entre eventos**. Tese (Doutorado em linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2009.

BACH, E. The algebra of events. **Linguistic and Philosophy**, v. 9, 1989, p. 5-16.

BERTINETTO, P. M. Intrinsic and Extrinsic temporal references. On restricting notion of 'reference time'. **Journal of Italian Linguistics**, 1982, p.71-108.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRONCKART, J. **Atividade de linguagem, textos e discursos**. São Paulo: Educ, 2003.

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

DAVIDSON, D. **Essays on actions events**. Oxford: Claredon, 1980.

ILARI, R. **A expressão do tempo em português**. São Paulo: Contexto: EDUC, 1997.

KLEIN, W. **Time in language**. London: Routledge, 1994.

KOCH, I.; ELIAS, V. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2007.

LINK, G. **Algebraic semantics in language and philosophy**. CSLI Publications, 1998.

MEDEIROS, A. D. **Traços morfossintáticos e subespecificação morfológica na gramática do português: um estudo das formas participiais**. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

MAZOCCO, D. História: atividade constitutiva. **Revista Versalete**, v. 1, n.º 1, 2013a.

_____. **Perspectiva e tempo em dados de História**. Anais do XXI Seminário do CELLIP, 2013b.

MOLSING, K. V. The tense and aspect of the present perfect in English and Portuguese. **Revista Letras**, v. 69, p. 133-156, 2006.

MOURELATUS, A. P. D. Events, Processes, and States. **Syntax and Semantics**, v. 14, p. 191-211, 1981.

MÓIA, T. **Identifying and computing temporal locating adverbials with a particular focus on Portuguese and English**. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.

_____. **Subdomínios de Significação Associados ao Tempo: Uma Panorâmica Geral**. In: CASTRO, I.; DUARTE, I. (Orgs.) Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus, v. II. Lisboa: INCM, 2003, p. 95-127.

PARSONS, T. **Events in semantics of English: a study in subatomic semantics**. Cambridge: The MIT Press, 1990.

REICHENBACH, H. **Elements of symbolic logic**. New York: Macmillan, 1947.

REIS, J. C. **História, a ciência dos homens no tempo**. Londrina: EDUEL, 2009.

SILVA, K.; SILVA, M. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SMITH, C. **The parameter of aspect**. 2. ed. Dordrecht: Kluwer Academic Press, 1997.

_____. **The domain of Tense**. In: GUÉRON, J.; LECARME, J. (Eds.) *The Syntax of Time*. Cambridge, Mass: MIT, 2003.

_____. **Aspectual entities and tense in discourse**. In: KEMPCHINSKY, P.; ROUMYANA, S. (Eds.). *The Syntax, Semantics and Acquisition of Aspect*. Kluwer, 2003.

VARZI, A. Events, Truth, and Indeterminacy. **The Dialogue**, v. 2, p. 241-264, 2002.

VENDLER, Z. **Linguistics in Philosophy**. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1967.

WACHOWICZ, T. C.; BASSO, R. M.; FOLTRAN, M. J. Entrando nos domínios do verbo. **Revista Letras**, n. 81, p. 11-32, maio/ago, 2010.

REFERÊNCIAS DOS TEXTOS DE HISTÓRIA

CAPELATO, M. H. R. **Estado Novo: Novas Histórias**. In: FREITAS, M. C. (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

CARONE, E. **O Estado Novo: (1937-1945)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

MENDONÇA, S. R. de. **Estado e Sociedade: A consolidação da república oligárquica**. In: LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

OLIVEIRA, L. L. de. **O pensamento de Almir Andrade**. In: OLIVEIRA, L.; VELLOSO, M.; GOMES, Â. *Estado Novo. Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

VELLOSO, M. **Cultura e poder político: Uma configuração do campo intelectual**. In: OLIVEIRA, L.; VELLOSO, M.; GOMES, Ângela. *Estado Novo. Ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.